



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36



## **EDITAL N° 058/2026**

### **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORONEL JOÃO SÁ/BA**

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 087/2026**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota, com disponibilização de veículos apropriados, condutores habilitados, monitores quando exigidos, manutenção preventiva e corretiva, seguro, equipamentos obrigatórios, combustível, insumos, regularização perante os órgãos competentes e demais elementos necessários à execução regular do serviço, para atendimento dos estudantes da rede pública municipal de ensino do Município de Coronel João Sá/BA.



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026 (SRP)**  
(Processo Administrativo nº 087/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ/BA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.215.818/0001-36, com sede na Av. Antonio Carlos Magalhães, nº 19, Centro, Coronel João Sá, Bahia, CEP 48.590-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço por lote de linhas/rotas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da regulamentação municipal aplicável e das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases, em plataforma eletrônica indicada no preâmbulo e no aviso de licitação.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado como Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma eletrônica adotada pelo Município.

<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	Das 08h00 do dia 02/07/2026 às 08h00 do dia 15/07/2026
<b>ABERTURA DA LICITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	08h00 do dia 15/07/2026
<b>SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b>	10h00min do dia 15/07/2026
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>	Horário de Brasília (DF)
<b>LOCAL:</b>	<a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto e fechado
<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:</b>	<a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a> ou <a href="mailto:licitacao@coroneljoaosa.ba.gov.br">licitacao@coroneljoaosa.ba.gov.br</a>
<b>ORGÃO:</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ/BA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
<b>PREGOEIRO:</b>	Antonio Lincoln de Carvalho Lima, Portaria nº 126/2026.

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota, com disponibilização de veículos apropriados, condutores habilitados, monitores quando exigidos, manutenção preventiva e corretiva, seguro, equipamentos obrigatórios, combustível, insumos, regularização perante os órgãos competentes e demais elementos necessários à execução regular do serviço, para atendimento dos estudantes da rede pública municipal de ensino do Município de Coronel João Sá/BA, conforme condições, quantidades, rotas e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**2.1.** As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e a eventuais adesões são as constantes da minuta de Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável.

**2.2.** A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza contínua e essencial do transporte escolar, pela necessidade de atendimento regular aos estudantes da rede pública municipal, pela possibilidade de variação das demandas entre linhas/rotas, turnos, localidades e unidades escolares, bem como pela conveniência administrativa de registrar previamente preços e condições para utilização conforme a efetiva necessidade da Secretaria Municipal de Educação.



**2.3.** A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo mera expectativa de contratação, observada a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e a necessidade pública.

### **3. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA**

**3.1.** O credenciamento é o nível básico de registro cadastral na plataforma eletrônica indicada pelo Município, condição necessária para participação dos interessados nesta licitação.

**3.2.** O cadastro no sistema deverá ser realizado conforme as regras da plataforma adotada, por meio de representante legalmente habilitado e, quando exigido, mediante utilização de certificado digital.

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais junto à Bolsa de Licitações do Brasil e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.6.** Para participação neste certame, os licitantes deverão anexar no sistema, em campo próprio, os documentos exigidos neste Edital, no Termo de Referência e nos anexos correspondentes, observadas as regras da inversão de fases e os prazos definidos pelo Pregoeiro.

3.6.1. A documentação de habilitação, as declarações exigidas e, quando for o caso, os documentos relativos ao tratamento favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser apresentados na forma e no momento definidos neste Edital, sem identificação indevida da proposta.

3.6.2. Os documentos destinados à fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 deverão ser anexados nos campos apropriados do sistema, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

3.6.3. Informações de contato da plataforma eletrônica constarão do aviso do certame e/ou do portal utilizado para a disputa.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estejam regularmente credenciados na plataforma eletrônica <https://licitanet.com.br/>.

**4.1.1** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

**4.1.2** Considerando a natureza e a estrutura dos lotes, a presente contratação será processada em ampla concorrência, assegurado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

**4.2.** O tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte observará os limites legais e dependerá do efetivo enquadramento do licitante, declarado no sistema e comprovado documentalmente quando exigido.

**4.3.** Não poderão disputar esta licitação:

**4.3.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.3.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.3.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**4.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.3.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.3.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.3.8** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.3.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.3.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.4.** O impedimento de que trata o item 4.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.5.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.3.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.6.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.7.** O disposto nos itens 4.3.2 e 4.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.9.** A vedação de que trata o item 4.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** A presente licitação será processada com inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, em razão da complexidade operacional do transporte escolar, da necessidade de verificação prévia da capacidade técnica e documental dos interessados e da segurança exigida para a execução das linhas/rotas.

**5.1.1** Justificativa para a inversão de fases.

**5.1.1.1.** Os serviços objeto deste certame possuem natureza contínua, sensibilidade operacional elevada e impacto direto sobre o acesso dos estudantes às unidades escolares, o cumprimento do calendário letivo, a frequência escolar e a segurança dos usuários.

**5.1.1.2.** A habilitação prévia mostra-se vantajosa por reduzir o risco de participação de empresas sem capacidade técnica, operacional, econômico-financeira e documental para execução do transporte escolar, inclusive quanto à disponibilidade de veículos, condutores habilitados, regularidade perante os órgãos de trânsito e capacidade de contingência.

**5.1.1.2.1.** A inversão de fases também contribui para prevenir propostas inexequíveis, reduzir contestações posteriores e permitir que apenas empresas efetivamente aptas participem da fase competitiva, preservando a continuidade e a segurança do serviço público educacional.

**5.1.1.2.2.** A antecipação da análise de habilitação reduz a possibilidade de impugnações e recursos decorrentes da posterior inabilitação de licitantes sem condições de executar as rotas, conferindo maior celeridade e segurança ao procedimento licitatório.



5.1.1.2.3. A verificação prévia da documentação técnica e das condições mínimas de execução evita a participação de licitantes que apresentem propostas artificialmente baixas ou incompatíveis com os custos de combustível, manutenção, condutores, seguros, veículo reserva e demais obrigações do transporte escolar.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.3.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.3.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.3.3** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.3.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.5.4. Tendo em vista a natureza do objeto, que demanda pessoalidade, habitualidade e subordinação operacional indireta no âmbito da execução contratual, não será admitida a participação de cooperativas, nos termos do edital e da jurisprudência aplicável artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 arts. 42 a 49 §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de fruição do tratamento favorecido.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, à exceção quando da inversão de fases.

**5.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.14.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.14.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.





**5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.15.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.15.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.17.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de dez dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste item.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA**

**6.1.** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**6.2.** No preenchimento da proposta eletrônica, o licitante deverá informar o valor ofertado para o lote de linhas/rotas, observando as exigências deste Edital e do Termo de Referência. A proposta deverá considerar a execução integral do transporte escolar, com veículos adequados, condutores habilitados, manutenção, combustível, seguros, equipamentos obrigatórios, veículo reserva e demais custos operacionais.

**6.1.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global do lote, ou outro critério indicado no Termo de Referência, abrangendo todas as linhas/rotas, quilometragens, dias letivos, turnos e demais campos exigidos pela plataforma.

**6.1.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.1.3.** Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos da execução contratual, inclusive condutores, monitores quando exigidos, combustível, manutenção preventiva e corretiva, pneus, seguros, licenciamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, despesas administrativas, veículo reserva, insumos operacionais e lucro.

**6.1.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.2.** O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema XXX, se o serviço ofertado atende integralmente às exigências de segurança, regularidade, capacidade veicular e execução das rotas indicadas no Termo de Referência.

**6.3.** O objeto deverá observar integralmente as especificações constantes do Termo de Referência.

**6.4.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6.5.** O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **Termo de Referência**.

**6.6.** A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.7.** Na hipótese do licitante ser ME/EPP, o sistema importa esse regime dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do licitante sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

**6.8.** É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO, sob pena de aplicação do Art. 337-J da Lei 14.133/2021.



**6.9.** Somente será classificada a proposta de preço que atenda todas as características exigidas neste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

**6.10.** Não será aceita proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, em qualquer item, bem como aquelas que ultrapassem o valor máximo estabelecido, este último, quando não se tratar de licitação de caráter sigiloso.

**6.11.** Será desclassificada a proposta que venha a ser considerada inexecutável pelo Agente de Contratação, quando for razoável concluir que a proponente não seria capaz de fornecer o objeto desta licitação ao preço de sua oferta, nos termos da cláusula 8.34.

**6.12.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**6.13.** Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso I, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no inciso I, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

a) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste subitem o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

b) O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**6.14.** O Agente de contratação e a Equipe de Apoio poderão em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedado a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**6.15.** O Agente de Contratação poderá estabelecer prazo para definir a classificação final das propostas, suspendendo em consequência, a reunião.

**6.16.** Serão publicados no Diário oficial do Município, os preços registrados por linha/rota ou lote, conforme Termo de Referência.

**6.17.** A emissão das ordens de serviço observará a ordem de classificação do certame, as condições fixadas na Ata de Registro de Preços e a demanda efetiva da Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel João Sá/BA, conforme calendário escolar, rotas validadas e disponibilidade orçamentária.

**6.18.** Quando os primeiros classificados estiverem impossibilitados de executar o objeto licitado, desde que haja justificativa aceita pela Administração, as licitantes remanescentes poderão ser convocadas para execução dos serviços, observada a ordem de classificação e desde que o preço se encontre compatível com o praticado no mercado.

**6.19.** Caso os preços das licitantes remanescentes encontrem-se acima do praticado no mercado, os mesmos poderão ser negociados (reduzidos). Caso os preços venham a ser negociados, os mesmos serão publicados no Diário Oficial do Município.

**6.20.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

**6.21.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**6.22.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**6.22.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos



agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. PROPOSTA DE PREÇOS (CONFORME ANEXO II)**

### **7.1. Na proposta escrita, deverá conter:**

- a. Indicar a Razão Social, conforme Inscrição na Receita Federal do Brasil contido nos Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863 de 27 de dezembro de 2019;
- b. O número da Licitação e do processo Administrativo;
- c. O Número do NIRE indicado pela Junta Comercial no respectivo Contrato Social, Inscrição Individual ou Registro no MEI.
- d. As descrições e características especificadas do objeto, item a item, onde deverão obedecer à mesma sequência utilizada para descrever as especificações exigidas, conforme, Anexo II, sendo desclassificada proposta desorganizada e desleixada, em especial, que não tenha formatação e não faça uso do português vernáculo, ou faça uso de termos e expressões esdrúxulas ou desrespeitosas;
- e. Preço unitário e total em real (R\$), do objeto, com 02 (duas) casas decimais para preços unitários e mínimo de 02 (duas) casas decimais para preços globais, conforme especificações, obrigatoriamente em algarismos arábicos. Se o resultado for inconsistente a licitante será desclassificada;
- f. Deverão estar incluídos no preço total ofertado todos os custos e encargos incidentes sobre a execução do transporte escolar, abrangendo veículos, condutores, monitores quando exigidos, combustível, manutenção, pneus, seguros, licenciamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, veículo reserva, administração local, lucro e demais despesas necessárias ao cumprimento do objeto.
- g. Validade mínima de 60 (sessenta dias) corridos, a contar da data da primeira sessão de licitação, respeitando o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- h. 7.1.h. A proposta readequada deverá conter a descrição do objeto licitado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, com apresentação da planilha de custos e formação de preços ajustada ao lance vencedor, contemplando, conforme o caso, preço por linha/rota, quilômetro, diária ou mês, bem como os custos de veículos, condutores, combustível, manutenção, seguros, licenciamento e demais obrigações.
- i. Data e local da assinatura da proposta;
- j. Assinatura do responsável legal da empresa ou o representante credenciado para este ato, nos termos deste Instrumento, com indicação do CPF e e-mail.

**7.2.** O objeto deverá ser executado nas linhas/rotas, pontos de embarque/desembarque, unidades escolares, horários e demais condições indicadas nas ordens de serviço e no Termo de Referência.

**7.3.** 7.3. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor Preço POR LOTE DE LINHAS/ROTAS, conforme modelagem definida no Termo de Referência.

**7.4.** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao serviço até sua completa execução nas rotas, horários e locais definidos no Termo de Referência.

**7.5.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**7.6.** O proponente será responsável pela exatidão de sua proposta, pela composição de seus custos e pelo cumprimento integral das condições de execução assumidas.

**7.7.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não se admitindo cotação em moeda estrangeira.

**7.8.** Serão rejeitadas as propostas que:

**7.8.1.** Não estiverem de acordo ao anexo II (modelo de Proposta de Preços);

**7.8.2.** Não apresentarem a composição de preços unitários que contemplem: Valores relativos a custos fixos de veículos (Valor de referência para aquisição, valor de depreciação, valor de manutenção, custos variáveis (consumo de combustível, lavagem, manutenção, seguros), custos obrigatórios referentes a mão de obra (salário mínimo vigente, encargos sociais, benefícios obrigatórios em lei, EPIs etc), não apresentar composição do BDI.

**7.8.3.** Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários e valor total do ITEM;

**7.8.4.** Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado e das condições de execução ofertadas;

**7.8.5.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente no Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;





**7.8.6.** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

**7.8.7.** Caso a empresa, durante o certame peça desclassificação da sua proposta, a mesma deverá apresentar justificativa plausível para o pedido.

**7.8.8.** Para o item 7.9.5, caso a administração considere a justificativa para o pedido de desclassificação da proposta impertinente, a mesma poderá abrir processo administrativo contra a empresa, e se evidenciado vício irá aplicar as sanções legais cabíveis.

**7.8.9.** Quando for evidente a inexistência de concorrência ou a existência de conluio ou práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, sujeitas às sanções previstas na Legislação. Se de acordo com o procedimento administrativo ficar comprovado que um representante do Licitador, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou proponente, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o Licitador poderá:

- a) Rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;
- b) Declarar o proponente inelegível, para participar em futuras licitações ou contratos com o poder público.

**Parágrafo Único:** Quando os valores unitários apresentados pelas empresas licitantes estiverem empatados, o sistema eletrônico fará automaticamente o desempate dos mesmos.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital quando da abertura e julgamento das propostas.

**8.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.7.** O lance deverá ser ofertado POR LOTE DE LINHAS/ROTAS, conforme previsto no Termo de Referência e parametrização da plataforma eletrônica.

**8.8.** Caso seja atribuído o critério de julgamento de maior desconto, o lance a ser aplicado deverá ser expresso em moeda real, correspondente de maior desconto atribuído na sua proposta, quando for o caso.

**8.9.** Será adotado o modo de disputa aberto e fechado, com apresentação de lances públicos e sucessivos e, ao final, possibilidade de envio de lance final fechado pelos licitantes mais bem classificados.

**8.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

**8.12.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**8.13.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**8.14.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



- 8.15.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, o sistema poderá reabrir a etapa fechada para os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, que poderão ofertar lance final e fechado em até cinco minutos.
- 8.16.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.17.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.18.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.19.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.20.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.21.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.22.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.23.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.24.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.25.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.26.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, e esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.27.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.28.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.29.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante melhor classificado, inclusive quando necessário para adequar a proposta ao orçamento estimado, que permanecerá sigiloso até o encerramento da fase competitiva, sem prejuízo do acesso pelos órgãos de controle.
- 8.30.** Havendo indícios de inexecuibilidade, o Pregoeiro poderá solicitar, no prazo de até 03 (três) horas, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita, a planilha de composição de custos e formação de preços detalhada, acompanhada dos esclarecimentos e documentos complementares necessários.
- 8.31.** O não atendimento da solicitação no prazo fixado poderá ensejar a desclassificação da proposta.
- 8.31.1.** A composição de custos deverá demonstrar a formação do preço, contemplando condutores, monitores quando exigidos, combustível, manutenção preventiva e corretiva, pneus, seguros, licenciamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, custos indiretos, veículo reserva, administração local e lucro, observadas as normas de trânsito, legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.
- 8.31.2.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 8.31.2.1.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



8.31.2. O resultado da negociação será registrado em ata e juntado aos autos do processo licitatório.

8.31.2.1. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.32.** Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.32.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.32.2. Empresas brasileiras;

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço com o orçamento estimado e à exequibilidade da planilha de custos, sem prejuízo das consultas aos cadastros restritivos pertinentes.

8.32.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.33.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**8.34.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.34.1. Em caso de registro de lance final inferior a 50% (cinquenta por cento) do Preço máximo admitido, o Pregoeiro poderá solicitar dos ARREMATANTES, que seja enviado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados a partir da solicitação, sob pena de desclassificação no item, a apresentação de planilha de COMPOSIÇÃO DE PREÇO, detalhando ao mínimo (valor de aquisição e/ou matéria prima, encargos trabalhistas, instalação, despesas logística-frete, carga tributária e lucro) do(s) Item(ns) ora solicitados.

8.34.1.1. O não atendimento da cláusula 8.34.1, resultará na desclassificação do Licitante no respectivo item/lote, ante a impossibilidade de envio fora do prazo máximo tolerado;

8.34.2. Para fins de comprovação, a COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, deverá ser apresentada acompanhada de (NF-e) Notas Fiscais e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), ou outros documentos equivalentes legais com emissão não superior a 06(seis) meses.

8.34.3. A composição de custos deverá ser assinada pelo Representante Legal, Procurador devidamente qualificado no Processo ou Administrador da empresa, nesse caso com acompanhamento da comprovação de vínculo empregatício.

**8.35.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração

8.35.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.35.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos no processo licitatório.

**8.36.** O tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte será aplicado na forma da legislação, sempre que houver sua incidência ao caso concreto.

## **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, e conforme a previsão do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.2. <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep9.10.4>. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**9.2.** artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 9.10.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

9.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



- 9.3.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.2 e 5.7 deste edital.
- 9.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 92 a art. 98 do **Decreto Municipal nº 339/2024**.
- 9.6.** Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.7.** A exclusividade de participação em certames até R\$ 80.000,00 reais, circunscrita a microempresas ou empresas de pequeno porte pode ser afastada quando não houver nenhum fornecedor enquadrado como microempresas ou empresas de pequeno. Podendo, nesse caso, o edital prever a possibilidade de participação de qualquer fornecedor que atenda às condições do edital sem necessidade de republicação do mesmo.
- 9.8.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, que está pode ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 9.9.** Se a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de ambas as cotas deve ocorrer pelo menor preço;
- 9.10.** Não se exigirá apresentação de amostras. Contudo, antes do início da execução contratual, a contratada deverá apresentar os veículos, condutores e documentos exigidos para conferência e aprovação pela Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista no Termo de Referência.
- 9.10.1.** Permanecem exigíveis as planilhas de custos, documentos de habilitação, comprovações técnicas, documentos de veículos e condutores, seguros, autorizações, inspeções e demais exigências previstas no Termo de Referência e neste Edital.
- 9.10.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 9.10.3.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 9.10.4.** Apresentarem preços inexecutáveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 9.10.5.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.10.6.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021 e deste edital.
- 9.11.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.11.1.** A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.11.1.01.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.11.1.02.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.12.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.13.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.14.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.15.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.16.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 9.17.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado, especialmente em relação a





combustível, manutenção, pneus, seguros, depreciação, condutores, monitores quando exigidos, encargos e demais componentes do custo operacional do transporte escolar.

**9.18.** Erros no preenchimento da planilha constituem motivo para a desclassificação da proposta. Possíveis ajustes se limitam a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**9.18.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**9.18.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**9.19.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.20.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.21.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.22.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Anexo I deste Edital.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** 10.1. Em razão da inversão de fases, os documentos de habilitação serão apresentados previamente, na forma deste Edital, e analisados antes da fase de lances, observadas as regras do sistema eletrônico e os prazos fixados pelo Pregoeiro.

**10.1.1** A Plataforma está habilitada para receber toda documentação citada na cláusula 10.1, em formato digital, em campos próprios, na pré-disputa.

**10.2.** Os documentos previstos no Anexo I deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.3.** Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.4.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da análise dos documentos apresentados e por eles abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

**10.5.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de até 02:00 horas, sob pena de inabilitação, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

**10.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.8.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.8.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.9.** Não será admitida a participação de consórcio de empresas nesta licitação, salvo se houver justificativa expressa em sentido diverso no Termo de Referência, em razão da necessidade de responsabilização objetiva, gestão eficiente e execução coordenada das linhas/rotas.

**10.10.** Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10.11.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**10.12.** O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



**10.13.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.13.1.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**10.13.2.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**10.13.3.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**10.14.** Lei 14.133/21, art. 64 10.13.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação e do sistema adotado, poderão ser objeto de saneamento, atualização e verificação na forma legal, especialmente em relação ao licitante mais bem classificado e às microempresas e empresas de pequeno porte.

**10.14.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**10.14.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

**10.14.3.** Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

**10.15.** Quando não acontecer o envio (*upload* em campo próprio na Plataforma) na pré-disputa, dos documentos descritos, em formato digital, exigidos nos termos da cláusula 10.1, será solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, quando o substituir, no sistema eletrônico, no prazo de máximo de 02(duas) horas, para que sejam enviados/anexados em campo próprio "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES", sob pena de desclassificação.

**10.16.** A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens, restando preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

**10.17.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.18.** Quando houver necessidade de complementação de documento já apresentado ou de saneamento de falhas formais, o Pregoeiro poderá conceder prazo de até 02 (duas) horas para apresentação em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação.

**10.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 03:00 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**11.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

**11.1.2.** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor; e

**11.1.3.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**11.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**11.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**11.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

**11.5.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



**11.6.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**11.7.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**11.8.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**11.9.** Apresentar a planilha de custos e formação de preços CONFORME MODELO (ANEXO II), devidamente ajustada ao lance vencedor, contemplando os custos por linha/rota, quilômetro, diária ou mês, conforme a unidade de medição adotada, bem como composição analítica sempre que exigida;

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2.** Será comunicado via chat, a Declaração de vencedores e avanço de fase, momento oportuno para manifestação recursal.

**12.3.3.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de no mínimo 10 (dez) minutos;

**12.3.4.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação; e

**12.3.5.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Plataforma <https://licitanet.com.br/>.

## **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**13.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**13.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro da empresa junto sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



## **15. DAS GARANTIAS**

### **15.1. GARANTIA DA PROPOSTA**

**15.1.1.** *Não haverá garantia da proposta.*

### **15.2. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**15.2.1.** *A contratada prestará garantia de execução contratual em percentual equivalente a 2% (dois por cento) do valor anual contratado, ou outro percentual definido no instrumento contratual, observado o limite legal e as modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.*

I. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Município, em conta específica.

II. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, devidamente protocolada no Município.

III. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.

IV. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.

V. A garantia deve constar expressamente que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.

VI. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.

VII. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos nesse termo de referência.

VIII. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

IX. Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

**15.2.2.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas.

**15.2.3.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 2% do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

**15.2.4.** A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021.

**15.2.5.** O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

**15.2.6.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá paralelamente à intimação da Contratada para apresentação de defesa comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora, encaminhando-lhes, em momento oportuno, as decisões finais de 1ª e última instância administrativas.

**15.2.7.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

## **16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de





validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**16.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**16.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro dos lotes constantes do Termo de Referência, com indicação do fornecedor, do preço registrado e das demais condições pertinentes.

**16.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**16.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**16.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO**

**17.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**17.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**17.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**17.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**17.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**17.3.1.** A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**17.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**17.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

**17.4.** O prazo de vigência da contratação decorrente da ata será de 12 (doze) meses, admitida prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade, a necessidade de continuidade do transporte escolar e a compatibilidade com o calendário letivo e a disponibilidade orçamentária.

**17.4.1.** A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

**17.5.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

**17.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato, inicialmente nas condições propostas pelo licitante vencedor. Em frustrando essa primeira tentativa, é possível negociar o valor com o licitante melhor classificado (e, se for o caso, com os demais, na ordem de classificação) ou mesmo celebrar o



contrato pelo valor ofertado inicialmente por estes licitantes, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares.

## **18. DO REAJUSTE**

**18.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital.

## **19. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**20.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

**22.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**22.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**22.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**22.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

**22.1.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

20.1.5.4. Deixar de apresentar documentos ou esclarecimentos de exequibilidade quando regularmente exigidos;

20.1.5.5. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

**22.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**22.1.7.** Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;

**22.1.8.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**22.1.9.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**22.1.10.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**22.1.11.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**22.1.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**22.1.13.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**22.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**22.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**22.3.1.** Advertência;

**22.3.2.** Multa;

**22.3.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**22.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**22.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:



- 22.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 22.4.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 22.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 22.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 22.5.** A sanção prevista na cláusula 22.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 22.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 22.6.** A sanção prevista na cláusula 22.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 22, deste edital.
- 22.7.** A sanção prevista na cláusula 22.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 22.1.2, 22.1.3, 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6 e 22.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 22.8.** A sanção prevista na cláusula 23.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 22.1.8, 22.1.9, 22.1.10, 22.1.11 e 22.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 22.1.2, 22.1.3, 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6 e 22.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 22.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 22.9.** As sanções previstas nas cláusulas 22.3.1, 22.3.3 e 22.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 22.3.2.
- 22.10.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 22.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 22.12.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.
- 22.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no site de transparência do Município e no CEIS e CNEP.
- 22.15.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 22.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 22.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 22.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 22.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 22.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.



### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos.

**23.1.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, através da plataforma indicada no edital ou do canal oficial informado no preâmbulo.

**23.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo legal, em sítio eletrônico oficial e/ou na plataforma utilizada para a disputa.

**23.3.** Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**23.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas.

### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**24.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**24.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**24.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**24.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**24.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**24.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**24.11.** O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/editais>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na íntegra, no campo “ARQUIVOS” do referido Processo, na PLATAFORMA <https://licitanet.com.br/>.

**24.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO V – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021);

ANEXO VI – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021);

ANEXO VII – Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte;

ANEXO VIII – Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021);

ANEXO IX – Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

ANEXO X – Modelo de formulário para assinatura de contrato;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36

ANEXO XI – Termo de adesão ao sistema/plataforma eletrônica, quando aplicável.

Coronel João Sá/BA, 30 de junho de 2026.

JOSEFA CLAUDIONORA DE CARVALHO DOS SANTOS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## TERMO DE REFERÊNCIA - TR

### Contratação de empresa especializada em transporte escolar por linha/rota

#### Município de Coronel João Sá - Bahia

Este Termo de Referência consolida as condições técnicas, administrativas, operacionais e contratuais necessárias à contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel João Sá/BA, conforme Documento de Formalização da Demanda e Estudo Técnico Preliminar que instruem a fase preparatória.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Campo	Informação
Órgão/Entidade	Prefeitura Municipal de Coronel João Sá/BA
Unidade Requisitante	Secretaria Municipal de Educação
Setor demandante	Coordenação/Departamento de Transporte Escolar
Objeto	Contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota
Natureza do objeto	Serviço comum, contínuo, essencial ao acesso e permanência dos estudantes na rede pública municipal de ensino
Prazo inicial	12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço
Regime de execução	Empreitada por preço unitário, por linha/rota, quilômetro, diária, mensalidade ou outro critério tecnicamente definido no edital
Critério de julgamento sugerido	Menor preço por item/lote, conforme modelagem final da Administração
Modalidade sugerida	Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, quando caracterizado serviço comum, observada a regulamentação municipal

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E BASE DOCUMENTAL

O presente Termo de Referência foi elaborado com fundamento no Documento de Formalização da Demanda e no Estudo Técnico Preliminar anexados aos autos, os quais demonstram a necessidade de garantir transporte escolar regular, seguro e eficiente aos estudantes da rede pública municipal de Coronel João Sá/BA, especialmente aos residentes na zona rural, povoados, comunidades dispersas, distritos e localidades de difícil acesso.

A contratação guarda aderência ao planejamento da Administração, ao calendário escolar, às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e à necessidade de continuidade do serviço público educacional. O DFD registra que o transporte escolar é serviço público de apoio essencial à política educacional, vinculado ao acesso, permanência e frequência dos estudantes, e o ETP conclui pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação por linha/rota.

- Constituição Federal, especialmente os arts. 37 e 208, quanto aos princípios da Administração Pública e à efetivação do direito à educação.
- Lei Federal n.º 14.133/2021, quanto ao planejamento, seleção da proposta mais vantajosa, contratação, gestão e fiscalização contratual.
- Lei Federal n.º 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quanto à garantia de acesso e permanência do estudante na escola e aos programas suplementares de transporte.
- Lei Federal n.º 10.880/2004 - PNATE, quando houver utilização de recursos federais vinculados ao transporte escolar.
- Lei Federal n.º 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, especialmente as regras aplicáveis ao transporte de escolares, veículos e condutores.



- Normas do FNDE aplicáveis, regulamentos municipais, edital, contrato, ordens de serviço e demais atos que instruírem a contratação.

### **3. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota, com disponibilização de veículos adequados, condutores habilitados, monitores quando exigidos pela Administração, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, licenciamento, equipamentos obrigatórios, regularização perante os órgãos competentes, gestão operacional e demais insumos necessários ao transporte de estudantes da rede pública municipal de ensino de Coronel João Sá/BA.

O serviço compreenderá o transporte dos estudantes entre suas residências ou pontos de embarque/desembarque e as respectivas unidades escolares, nos dias letivos, turnos, horários, itinerários e condições definidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme ordens de serviço, calendário escolar, quadro de rotas e demais documentos integrantes do processo.

### **4. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada que assuma a execução operacional do transporte escolar por linhas previamente definidas, utilizando frota compatível com cada itinerário e com o número de estudantes atendidos. A execução por linha/rota permite individualizar itinerários, estimar quilometragem, controlar horários, aferir a realização do serviço e vincular a remuneração à execução efetiva.

A contratada deverá executar as rotas nos dias letivos, observando a pontualidade no embarque e desembarque, a segurança dos estudantes, o cumprimento dos trajetos autorizados e a comunicação imediata de ocorrências. A alteração de rota, veículo, condutor, pontos de parada ou horários somente poderá ocorrer mediante autorização formal da Secretaria Municipal de Educação, ressalvadas situações emergenciais devidamente justificadas e posteriormente comunicadas.

A solução deverá assegurar a continuidade do serviço, com veículo reserva ou plano de contingência suficiente para evitar interrupções causadas por pane, manutenção, ausência de condutor, acidente, bloqueio de via ou outro fato operacional previsível. A contratada será integralmente responsável pelos custos e meios necessários à execução, sem prejuízo da fiscalização da Administração.

### **5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação é necessária para garantir o acesso regular dos estudantes às unidades escolares e preservar o direito fundamental à educação. Em Município com comunidades rurais, estradas vicinais, localidades dispersas e distâncias significativas entre residência e escola, a ausência de transporte escolar regular pode acarretar faltas, atrasos, evasão, prejuízo pedagógico, descumprimento do calendário letivo e desigualdade de acesso entre estudantes da sede e da zona rural.

O transporte escolar, embora seja serviço de apoio, possui natureza essencial para a efetividade da política educacional, pois viabiliza o deslocamento diário dos alunos em condições adequadas de segurança, pontualidade e regularidade. A contratação de empresa especializada é adequada diante da complexidade operacional do serviço, que exige frota compatível, condutores habilitados, manutenção contínua, veículo reserva, regularidade documental, seguros, controle de rotas e capacidade de resposta a emergências.

A contratação por linha/rota mostra-se proporcional, eficiente e fiscalizável, pois permite descrever cada itinerário, definir veículo mínimo, quantificar a execução, aferir o cumprimento dos horários, aplicar glosas em caso de inexecução e promover ajustes motivados quando houver alteração de matrícula, mudança de endereço, reorganização da rede de ensino ou variação das condições de trafegabilidade.

### **6. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

- O objeto é classificado como serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, Termo de Referência e contrato, por meio de especificações usuais de mercado.
- O serviço possui natureza contínua, pois é indispensável ao calendário escolar e à manutenção regular do acesso dos estudantes às unidades de ensino, devendo ser planejado para evitar interrupções.



- O regime de execução recomendado é a empreitada por preço unitário, admitida a medição por quilômetro efetivamente rodado, diária por linha, mensalidade por rota ou modelo tecnicamente justificado, conforme decisão final da Administração.

## 7. QUANTITATIVOS, ROTAS E ESTIMATIVA DE DEMANDA

Os quantitativos finais deverão ser consolidados pela Secretaria Municipal de Educação antes da publicação do edital, com base no levantamento de estudantes, pontos de embarque e desembarque, unidades escolares, turnos, calendário letivo, condições das estradas, medições por GPS, mapa, vistoria de campo, histórico contratual ou outra fonte idônea. Até a validação definitiva, adota-se como referência preliminar o quadro previsto no DFD e no ETP, com 15 linhas/rotas e 200 dias letivos.

Item	Descrição (padrão)	Rota	Turno	Unid.	Km	Dias Letivos
1	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Macacos, Mucambo, Gasparino, Caraíbas, Caldeirão II, Sede	MATUTINO	Km	48,0	200
2	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Macacos, Mucambo, Gasparino, Caraíbas, Caldeirão II, Sede	NOTURNO	Km	48,0	200
3	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Rompe Gibão, Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	MATUTINO	Km	41,0	200
4	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Rompe Gibão, Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	NOTURNO	Km	41,0	200
5	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	MATUTINO	Km	43,5	200
6	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Malhada Grande, Curral dos Altos, Timóteo, Sede	MATUTINO	Km	55,5	200
7	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Timóteo, Sede	NOTURNO	Km	29,0	200
8	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pedra da Igreja, Alto do Cheiro, Santa Rita, Lagoa do Boi, Amaro, Sede	MATUTINO	Km	50,5	200
9	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pedra da Igreja, Alto do Cheiro, Santa Rita, Lagoa do Boi, Amaro, Sede	NOTURNO	Km	50,5	200
10	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Gasparino, Macacos, Tiririca, Queimada do Milho, Doçura, Sede	MATUTINO	Km	43,5	200
11	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Gasparino, Macacos, Tiririca, Queimada do Milho, Doçura, Sede	NOTURNO	Km	43,5	200
12	Locação de veículos – Tipo Ônibus –	Carreiros,	MATUTINO	Km	14,5	200





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36

	Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Mendonça, Sede				
13	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Carreiros, Mendonça, Sede	NOTURNO	Km	14,5	200
14	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Boa Sorte, Lagoa do Boi, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	MATUTINO	Km	83,0	200
15	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	MATUTINO	Km	59,0	200
16	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Sambambaia, Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	MATUTINO	Km	90,0	200
17	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Sambambaia, Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	NOTURNO	Km	84,0	200
18	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoinhas, Cansanção, Barra Larga, Ribeira, Sede	MATUTINO	Km	87,0	200
19	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoinhas, Cansanção, Sede	NOTURNO	Km	69,5	200
20	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Cachoeira, Tanque Novo I e II, Sede	MATUTINO	Km	68,5	200
21	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pitomba, Feijão, Incó, São Joaquim, Boa Esperança, Mergulhão, Tanque Novo I e II, Sede	MATUTINO	Km	77,0	200
22	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pitomba, Feijão, Incó, São Joaquim, Boa Esperança, Mergulhão, Tanque Novo I e II, Sede	NOTURNO	Km	77	200
23	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Fortuna, Serrotinho I e II, Doçura, Sanharol, Lagoa dos Currais, Sede	MATUTINO	Km	67,5	200
24	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Fortuna, Serrotinho I e II, Doçura, Sanharol, Lagoa dos Currais, Fazenda Lages, Sede	NOTURNO	Km	90,0	200
25	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Jitai, Veneza II, Lagoa do Velho, Queimada do Milho, Doçura, Sede	MATUTINO	Km	93,5	200
26	Locação de veículos – Tipo Ônibus –	Lagoa do Velho,	NOTURNO	Km	67,5	200



	Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Queimada do Milho, Doçura, Sede				
27	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Bela Vista, Bandeira, Posto de Adonias, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	MATUTINO	Km	88,0	200
28	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Bandeiras, Posto de Adonias, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	NOTURNO	Km	83,0	200
29	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão de Cima, Ilha de São José, Fazenda Catila, Povoado São Pedro, Sede	MATUTINO	Km	94,0	200
30	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão de Cima, Ilha de São José, Fazenda Cafula, Povoado São Pedro, Sede	NOTURNO	Km	94,0	200
31	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Pinheiros, Sede	MATUTINO	Km	29,0	200

A memória de cálculo deverá observar, conforme a unidade de medição escolhida: (i) KM diário estimado x dias letivos x viagens necessárias; (ii) diária por linha x dias efetivamente executados; ou (iii) mensalidade por rota x meses de execução, com glosa proporcional por inexecução. A planilha final deverá indicar origem, destino, quilometragem, turno, número estimado de alunos, veículo mínimo e valor unitário/global por linha.

## 8. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO

### 8.1. Requisitos dos veículos

- Veículos compatíveis com o número de estudantes, condições das vias, distância percorrida e capacidade mínima definida para cada rota, podendo ser ônibus, micro-ônibus, vans, utilitários ou equivalentes admitidos pela legislação.
- Comprovação de regularidade documental, licenciamento, autorização/inspeção para transporte escolar quando exigida pelo órgão competente, seguro obrigatório e demais seguros exigidos no edital.
- Equipamentos obrigatórios em perfeito estado de funcionamento, incluindo cintos de segurança, tacógrafo quando aplicável, pneus em condições adequadas, iluminação, freios, extintor e demais itens de segurança.
- Identificação visual e características exigidas pelas normas de trânsito aplicáveis ao transporte escolar, quando incidente.
- Estado adequado de conservação, higiene, conforto, limpeza, ventilação e segurança, vedada a utilização de veículo que ofereça risco aos estudantes.
- Disponibilização de veículo reserva ou solução de contingência apta a substituir o veículo principal sem prejuízo da realização da rota.

### 8.2. Requisitos dos condutores e monitores

- Condutores habilitados na categoria pertinente, com requisitos legais exigidos para transporte de escolares e documentação regular.
- Conduta compatível com a prestação do serviço público, urbanidade no trato com estudantes, famílias, servidores e comunidade escolar.



- Vedação de condução sob efeito de álcool, substâncias psicoativas ou em condição que comprometa a segurança.
- Monitores deverão ser disponibilizados nas rotas em que a Secretaria Municipal de Educação identificar necessidade técnica, especialmente em atendimento à educação infantil, estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, rotas extensas ou fatores de risco operacional.
- A substituição de motorista ou monitor deverá ser comunicada e autorizada, acompanhada da documentação exigida.

### 8.3. Requisitos operacionais

- Execução das rotas nos dias letivos e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- Cumprimento integral dos pontos de embarque/desembarque, itinerários, turnos e unidades escolares atendidas.
- Proibição de superlotação, transporte de pessoas não autorizadas, cobrança de valores dos estudantes, alteração unilateral de rota ou utilização de veículo não aprovado.
- Comunicação imediata de acidentes, panes, atrasos relevantes, bloqueios de via, reclamações, ocorrências disciplinares e situações que comprometam a segurança.
- Apresentação de relatório mensal, diário de bordo, controle de viagens, documentos dos veículos e condutores e demais comprovações exigidas para medição.

### 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. A execução terá início após assinatura do contrato, apresentação e aprovação dos veículos, condutores, monitores quando cabíveis, documentos exigidos e emissão da ordem de serviço.
2. A Secretaria Municipal de Educação expedirá ordem de serviço com as linhas autorizadas, data de início, horários, itinerários, pontos de embarque/desembarque, unidades escolares e demais orientações operacionais.
3. A contratada deverá manter frota e equipe em disponibilidade compatível com o calendário escolar, inclusive para reposições, substituições e ajustes operacionais autorizados.
4. A execução deverá ocorrer nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, conforme demanda da rede municipal de ensino.
5. Em caso de impossibilidade de execução por motivo de força maior, a contratada deverá comunicar imediatamente a fiscalização, apresentar alternativa viável e registrar a ocorrência para deliberação da Administração.
6. Rotas adicionais, supressões, alterações de itinerário ou mudanças de unidade escolar somente poderão ocorrer por decisão formal da Administração, observadas as regras legais de alteração contratual.

### 10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por gestor e fiscal formalmente designados pela Administração, com apoio da Coordenação/Departamento de Transporte Escolar e das direções das unidades escolares. Sendo assim, o fiscal do Contrato será o **Sr. EVERTO DA SILVA RIBEIRO, PORTARIA N° 47/2025**. A fiscalização deverá acompanhar a regularidade da execução, a documentação dos veículos e condutores, o cumprimento das rotas, horários, capacidade, segurança e qualidade do atendimento aos estudantes.

Compete ao fiscal, entre outras atribuições: verificar a execução das rotas, conferir relatórios e diários de bordo, registrar ocorrências, atestar medições, solicitar correções, propor glosas, recomendar aplicação de sanções, impedir a utilização de veículo ou condutor irregular e comunicar à autoridade competente situações de risco, inexecução ou descumprimento contratual.

### 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

A medição será realizada mensalmente, vinculada à execução efetiva e comprovada das rotas, observada a unidade de medição definida no edital e contrato. O pagamento somente será devido em relação aos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, mediante apresentação de documentos comprobatórios e atesto do fiscal ou gestor do contrato.

- Quando a unidade for quilômetro, o pagamento considerará a quilometragem autorizada e efetivamente executada, conforme diário de bordo, mapa de viagens, relatório mensal e conferência da fiscalização.



- Quando a unidade for diária por linha, o pagamento considerará os dias letivos efetivamente atendidos, com glosa por dia, viagem ou turno não executado.
- Quando a unidade for mensalidade por rota, o pagamento considerará a execução regular da linha durante o mês, admitidas glosas proporcionais por falhas, atrasos relevantes, viagens não realizadas ou descumprimento de requisitos.
- Viagens não autorizadas, rotas alteradas sem autorização, transporte com veículo irregular, superlotação, ausência de documentação ou inexecução parcial não serão remuneradas, sem prejuízo de sanções.

O recebimento provisório e definitivo, quando aplicável, ocorrerá na forma definida no contrato, mediante análise dos relatórios, conferência documental, registros das escolas, atesto da fiscalização e verificação da regularidade do serviço.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Executar os serviços conforme edital, Termo de Referência, contrato, ordens de serviço, rotas e orientações da Secretaria Municipal de Educação.
- Disponibilizar veículos, condutores, monitores quando exigidos, combustível, manutenção, seguros, licenciamento, equipamentos, regularizações e demais meios necessários à execução.
- Manter todos os veículos e condutores em situação regular durante toda a vigência contratual.
- Cumprir rigorosamente horários, itinerários, pontos de embarque/desembarque e turnos definidos pela Administração.
- Zelar pela segurança, integridade, dignidade e respeito aos estudantes transportados.
- Substituir imediatamente veículo, condutor ou monitor que não atenda aos requisitos legais, contratuais ou de segurança.
- Apresentar relatórios, diários de bordo, documentos, comprovantes e informações solicitadas pela fiscalização.
- Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, operacionais e demais despesas decorrentes da execução.
- Comunicar imediatamente acidentes, panes, atrasos, ocorrências, reclamações, bloqueios de via ou qualquer situação que possa comprometer a execução ou segurança.
- Responder por danos causados à Administração, aos estudantes, a terceiros ou ao patrimônio público/privado em razão de ação ou omissão na execução do contrato.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Disponibilizar à contratada as informações necessárias à execução, incluindo rotas, horários, pontos de embarque/desembarque, calendário escolar e unidades atendidas.
- Designar gestor e fiscal do contrato, promovendo acompanhamento formal da execução.
- Atestar os serviços efetivamente executados, promover glosas quando cabíveis e efetuar pagamentos devidos na forma contratual.
- Comunicar formalmente alterações de rotas, calendário, horários, turnos ou demanda de estudantes.
- Analisar documentos apresentados, registrar ocorrências e adotar providências administrativas diante de descumprimentos.
- Articular, quando necessário, providências relacionadas à trafegabilidade das vias, segurança dos pontos de parada e comunicação com a comunidade escolar.

## **14. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SUGERIDAS**

O edital deverá exigir documentação compatível com a Lei n.º 14.133/2021 e com a natureza do serviço, evitando exigências restritivas indevidas, mas assegurando a capacidade técnica, operacional, fiscal, trabalhista e jurídica da contratada.

- Habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira nos termos da legislação aplicável;

### **14.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Para habilitação de Pessoa Jurídica, serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
  - d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- e) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações inclusive as consolidadas, sob pena de Desclassificação.

#### **14.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

#### **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

14.1.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, conforme preceitua o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

14.1.1.1 Registro Profissional: Comprovante de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Administração (CRA) da jurisdição da sede da empresa, em plena validade, em atendimento ao Art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1.2. Capacidade Técnica Operacional: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de transporte escolar, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

14.1.1.2.1. Os atestados deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Administração (CRA), acompanhados das respectivas Certidões de Registro de Atestado (RCA) válidas, garantindo a fiscalização do conselho sobre o acervo técnico da empresa.

14.1.1.3. Certidão de Acervo Técnico – CAT do Profissional: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica emitido em nome do profissional, devidamente registrado na entidade competente, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de transporte escolar, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

14.1.1.4. Responsabilidade Técnica Profissional: Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de abertura da licitação, profissional de nível superior em Administração, registrado no CRA.



- 14.1.1.4.1. A comprovação de vínculo do profissional poderá ser feita mediante cópia da Carteira de Trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social, caso seja sócio.
- 14.1.1.5. Declaração de Disponibilidade de Frota: Declaração formal de que a licitante possui ou terá disponibilidade de frota (própria ou locada) e dos equipamentos necessários para a execução integral do transporte escolar nas rotas arrematadas, conforme especificações do Termo de Referência, sem a exigência de propriedade prévia no momento da licitação.
- 14.1.1.6. Regularidade de Veículos e Condutores: Declaração de compromisso de que, antes do início da execução contratual, todos os veículos serão apresentados com a inspeção semestral obrigatória para transporte escolar e os condutores possuirão habilitação na categoria "D" ou "E" com o curso específico para transporte de escolares, conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- 14.1.2. Das Obrigações Técnicas Pré-Operacionais: Após a fase de lances e antes do início da execução contratual, a licitante vencedora (contratada) deverá apresentar para conferência e aprovação da Secretaria Municipal de Educação:
- 14.1.2.1. Comprovação de disponibilidade de frota: Relação da frota (própria, locada ou a ser disponibilizada) compatível com as linhas arrematadas, observando as especificações mínimas de capacidade e ano de fabricação exigidas.
- 14.1.2.2. Regularidade de Veículos e Condutores: Comprovação de regularidade documental, incluindo certificados de vistoria semestral obrigatória para transporte escolar e CNH dos condutores com o curso específico para transporte de escolares, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.
- 14.1.2.3. Plano Operacional Detalhado: Apresentação de plano de execução contendo a indicação nominal de veículos e motoristas por rota, relação de monitores (quando exigidos), identificação clara do veículo reserva, contatos de emergência e descrição dos procedimentos de contingência em caso de falhas operacionais.
- 14.1.3. A não apresentação dos documentos e condições listados no item 14.2 no prazo fixado pela Administração poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a recusa na assinatura do contrato, com a consequente convocação da próxima classificada.
- 14.1.4. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

## **DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- I Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
  - II Caso o distribuidor da sede do licitante não faça a referida expedição da Certidão Negativa de Falência conforme exige o inciso II, do art. 69 da Lei 14.133/2021, este deverá ser comprovado, mediante a declaração ou qualquer outro meio válido legalmente.
- a) Comprovação de Capital Social, através de contrato social registrado na Junta Comercial, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor global da proposta inicial que a licitante apresentar.
  - b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - c) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
  - d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



- e) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- f) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- g) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a)	Liquidez	=	AC/P
b)	Liquidez Geral	=	(AC + RLP)/(PC +
c)	Solvência Geral SG	=	AT/(PC+ELP)

AC -Ativo Circulante

PC - Passivo Circulante

RLP - Realizável a Longo Prazo ELP -

Exigível a Longo Prazo

PL -Patrimônio Líquido

AT -Ativo Total

ET -Exigível Total

- i. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- ii. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- iii. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- iv. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto deste Termo.
- v. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- vi. 6) Os balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, bem como pelo proprietário da empresa licitante, devendo ser anexadas a certidão de regularidade perante o conselho e a respectiva carteira profissional do



contador, sob pena de desclassificação.

## 15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO, PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO

Recomenda-se a adoção do critério de julgamento de menor preço por item ou lote, conforme definição final do edital. Considerando que o objeto é organizado por linhas/rotas, o parcelamento por item/linha ou por lotes de rotas deve ser avaliado para ampliar a competitividade e permitir a seleção da proposta mais vantajosa.

O agrupamento de rotas em lotes poderá ser justificado quando houver ganho operacional, economia de escala, proximidade geográfica, necessidade de veículo reserva compartilhado, redução de deslocamentos vazios, melhor coordenação de horários ou diminuição de risco de descontinuidade. O lote único somente deve ser adotado se houver justificativa técnica robusta que demonstre vantajosidade, economicidade e preservação da competição.

## 16. ESTIMATIVA DO VALOR E PESQUISA DE PREÇOS

O valor estimado da contratação é R\$ 7.569.589,47 (sete milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), e deverá ser apurado em etapa própria, mediante pesquisa de preços compatível com a Lei n.º 14.133/2021, regulamentação municipal e boas práticas de contratação pública. A planilha orçamentária deverá considerar as especificidades de cada linha/rota e conter memória de cálculo documentada.

Componente de custo	Critério sugerido de análise
Combustível	Consumo médio do veículo x quilometragem x preço regional do combustível.
Motorista/monitor	Salários, encargos, benefícios, jornada, substituições e exigência de monitor quando aplicável.
Manutenção e pneus	Custos preventivos e corretivos, tipo de estrada, desgaste, reserva técnica e peças.
Depreciação/remuneração do capital	Valor e vida útil do veículo, custo de capital e risco operacional.
Seguros, licenciamento e tributos	Custos obrigatórios para circulação regular, proteção de usuários e terceiros.
Administração e margem	Despesas indiretas, gestão operacional, contingência e lucro compatível com o mercado.

## 17. REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

O contrato deverá prever regra de reajuste, observado o interregno mínimo legal e o índice indicado no edital, preferencialmente compatível com a natureza do serviço e a composição de custos. A repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro somente ocorrerá nas hipóteses legalmente admitidas, mediante demonstração analítica da variação de custos, documentos comprobatórios e análise técnica da Administração.

Alterações de rota, quilometragem, turnos, número de alunos, exigência de monitor ou tipo de veículo deverão observar as regras de alteração contratual, com prévia justificativa, memória de cálculo, autorização da autoridade competente e preservação do equilíbrio econômico-financeiro quando cabível.

## 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E GLOSAS

O edital e o contrato deverão prever sanções administrativas proporcionais à gravidade da conduta, observados o contraditório e a ampla defesa. As sanções não afastam a possibilidade de glosa de valores relativos a serviços não executados ou executados em desconformidade.

- Advertência para falhas formais ou irregularidades de menor gravidade, quando cabível.
- Multa por atraso, inexecução parcial, descumprimento de rota, ausência de veículo reserva, não apresentação de documentos ou outras falhas previstas no contrato.
- Glosa de valores por viagens não realizadas, execução parcial, utilização de veículo não autorizado, atraso relevante, superlotação ou descumprimento de requisitos de segurança.





- Impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade, conforme gravidade e hipóteses legais.
- Rescisão contratual nas hipóteses previstas em lei e no contrato, especialmente em caso de risco à segurança dos estudantes, reincidência grave ou inexecução relevante.

#### 19. MATRIZ DE RISCOS OPERACIONAIS

Risco	Probabilidade	Impacto	Medidas preventivas/mitigadoras
Rotas ou quilometragens dimensionadas mal	Média	Alto	Levantamento técnico, GPS, vistoria, validação pela SME e ajuste formal justificado.
Interrupção por pane ou ausência de motorista	Média	Alto	Exigir veículo reserva, plano de contingência, substituição de motorista e sanções por inexecução.
Veículo irregular ou inadequado	Média	Alto	Conferência documental prévia, vistorias periódicas, impedimento de execução e glosa.
Superlotação ou transporte de pessoas não autorizadas	Baixa/Média	Alto	Controle de estudantes por rota, fiscalização escolar, diário de bordo e penalidades.
Atrasos recorrentes	Média	Médio/Alto	Definição de horários, registros, advertências, multas e glosas conforme reincidência.
Preço estimado inconsistente	Média	Alto	Pesquisa robusta, composição de custos e comparação com contratações similares.
Estradas vicinais em más condições	Média/Alta	Alto	Comunicação com setor de obras, rotas alternativas e ajustes formais.
Fiscalização insuficiente	Média	Alto	Designação formal, checklist mensal, participação das escolas e capacitação dos fiscais.

#### 20. SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução do transporte escolar envolve impactos ambientais decorrentes do consumo de combustíveis, emissão de gases, desgaste de pneus, uso de lubrificantes e geração de resíduos de manutenção. Tais impactos deverão ser mitigados por meio de manutenção preventiva, veículos regulados, planejamento de rotas, redução de deslocamentos vazios e descarte ambientalmente adequado de óleos, pneus, filtros, baterias e demais resíduos.

- Exigir veículos em bom estado de conservação e manutenção comprovada.
- Planejar rotas para evitar sobreposição, deslocamentos desnecessários e subutilização de veículos.
- Prever substituição de veículos com fumaça excessiva, falhas mecânicas ou condições inadequadas.
- Responsabilizar a contratada pelo descarte adequado de resíduos gerados na manutenção.
- Valorizar frota eficiente e menos poluente, quando tecnicamente viável e sem restrição indevida à competitividade.

#### 21. PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO



A contratada deverá tratar informações de estudantes, responsáveis, endereços, rotas, horários e demais dados pessoais exclusivamente para fins de execução do contrato, observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e orientações da Administração. É vedado divulgar, compartilhar, utilizar para finalidade diversa ou expor publicamente dados dos estudantes e famílias.

Relações nominais de estudantes, endereços e informações sensíveis deverão tramitar, quando necessário, em documentos de acesso restrito ou controlado, preservando-se a transparência do processo sem exposição indevida de dados pessoais.

## **22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS**

A contratação deverá ser precedida de indicação da dotação orçamentária e da fonte de recursos, conforme classificação da Secretaria Municipal de Educação. Poderão ser utilizados recursos próprios, recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e/ou programas suplementares de transporte escolar, desde que observadas as regras de aplicação, prestação de contas e compatibilidade do objeto.

### **SECRETARIA: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ATIVIDADE:** 12.361.013.2.016 – Ampliação Transporte Escolar

**Elemento de despesa:** 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Fonte de recurso:** 15001001 – MDE

**Fonte de recurso:** 15530000 - PNATE

**Fonte de recurso:** 15400000 – FUNDEB

**Fonte de recurso:** 15500000 – QSE

## **23. CONDIÇÕES DE SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E GARANTIA**

A Administração deverá definir no edital a possibilidade ou vedação de subcontratação, observando a natureza do objeto, a responsabilidade integral da contratada, a necessidade de controle dos veículos e condutores e a segurança dos estudantes. Caso admitida, a subcontratação deverá ser parcial, previamente autorizada e condicionada ao atendimento integral dos requisitos de habilitação operacional, documental e de segurança.

A participação de consórcios poderá ser admitida ou vedada mediante justificativa no edital, considerando a complexidade do objeto, a divisão por itens/lotes e a preservação da competitividade. A exigência de garantia contratual, se adotada, deverá observar os limites legais e ser justificada conforme o risco e valor da contratação.

## **24. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS ANTES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO**

- Relação dos veículos vinculados a cada linha/rota, com placas, ano/modelo, capacidade, documentos e comprovações exigidas.
- Relação dos condutores e monitores, quando houver, com documentos de habilitação, cursos, certidões e comprovações exigidas.
- Plano operacional com horários, contatos de emergência, veículo reserva, substituições e procedimentos de contingência.
- Comprovantes de licenciamento, seguros, autorizações, inspeções e equipamentos obrigatórios.
- Declaração de ciência das obrigações de segurança, sigilo, proteção de dados e comunicação de ocorrências.

## **25. ANEXOS INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA**

- Anexo I - Planilha final de linhas/rotas, com origem, destino, turno, quilometragem, veículo mínimo, unidade de medição e valor estimado.
- Anexo II - Memorial descritivo, mapa, croqui ou relatório técnico das rotas.
- Anexo III - Minuta de diário de bordo/relatório de execução mensal.
- Anexo IV - Checklist de vistoria de veículos e documentação dos condutores.
- Anexo V - Matriz de riscos definitiva, se elaborada em documento apartado.
- Anexo VI - Pesquisa de preços, composição de custos e memória de cálculo.

## **26. CONCLUSÃO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36

Diante da necessidade demonstrada no DFD e da viabilidade técnica, operacional e econômica apontada no ETP, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota é adequada, necessária e compatível com o interesse público, desde que precedida da consolidação das rotas, pesquisa de preços, definição dos itens/lotos, indicação orçamentária, aprovação jurídica e designação de mecanismos efetivos de gestão e fiscalização.

O presente Termo de Referência deverá orientar a elaboração do edital, contrato e demais instrumentos da contratação, assegurando que o serviço seja executado com segurança, regularidade, transparência, economicidade e foco na garantia de acesso dos estudantes à educação básica municipal.

JOSEFA CLAUDIONORA DE CARVALHO DOS SANTOS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### Contratação de empresa especializada em transporte escolar por linha/rota Município de Coronel João Sá - Bahia

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade evidenciar o problema público a ser resolvido, examinar alternativas técnica e economicamente viáveis, definir requisitos mínimos, estimar quantitativos e apontar a solução mais adequada para atender à demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Educação, consistente na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota.

*Documento elaborado com base no Documento de Formalização da Demanda - DFD, na Lei Federal n.º 14.133/2021, na legislação educacional, nas normas de trânsito aplicáveis ao transporte escolar e nos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade, segurança dos usuários e supremacia do interesse público.*

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Campo	Informação
Órgão/Entidade	Prefeitura Municipal de Coronel João Sá/BA
Unidade Requisitante	Secretaria Municipal de Educação
Setor demandante	Coordenação/Departamento de Transporte Escolar
Objeto	Contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota
Natureza do serviço	Serviço comum, contínuo, de apoio essencial à política pública educacional
Regime de execução sugerido	Empreitada por preço unitário por linha/rota, quilômetro, diária ou mês, conforme solução definida no Termo de Referência
Prazo estimado	12 (doze) meses, prorrogável na forma da Lei n.º 14.133/2021, se demonstrada a vantajosidade e a necessidade de continuidade

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A necessidade administrativa consiste em garantir transporte escolar regular, seguro e eficiente aos estudantes da rede pública municipal de ensino de Coronel João Sá/BA, especialmente aqueles residentes na zona rural, em povoados, comunidades dispersas, distritos, localidades de difícil acesso e áreas onde a distância entre a residência ou ponto de embarque e a unidade escolar inviabiliza ou dificulta o comparecimento diário às aulas.

O problema público identificado é a impossibilidade de assegurar, apenas com meios próprios ou com a organização atual disponível, o deslocamento diário de todos os estudantes que dependem do transporte escolar, com regularidade, pontualidade, segurança, cobertura territorial adequada e compatibilidade com o calendário letivo. A ausência ou insuficiência do serviço pode resultar em faltas, atrasos, evasão escolar, prejuízo pedagógico, descumprimento da carga horária mínima, insegurança no deslocamento e aumento de desigualdades educacionais entre estudantes da sede e da zona rural.

O transporte escolar possui relação direta com o direito à educação e com as condições materiais de acesso e permanência do aluno na escola. Embora não se confunda com a atividade pedagógica finalística, é serviço de suporte indispensável à efetividade da política pública educacional, pois viabiliza o acesso físico do estudante à unidade de ensino. Por isso, deve ser planejado como serviço contínuo, com definição objetiva de rotas, veículos, horários, responsabilidades, controles, obrigações de segurança e mecanismos de fiscalização.

A contratação por linha/rota é compatível com a realidade territorial do Município, pois permite individualizar itinerários, medir a execução, ajustar a remuneração à efetiva prestação do serviço e fiscalizar com maior precisão o cumprimento dos horários, quilometragem, pontos de embarque/desembarque e atendimento aos alunos. A contratação deverá ser precedida de levantamento técnico das rotas, validação de quilometragens, identificação de estudantes atendidos e definição de veículos compatíveis com a capacidade exigida e com as condições das vias.





### 3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E COM O PCA

A contratação deverá ser verificada quanto à previsão no Plano de Contratações Anual - PCA do Município, quando existente ou elaborado. Caso a demanda não esteja formalmente inserida no PCA, recomenda-se justificar a inclusão superveniente em razão da essencialidade do transporte escolar, da necessidade de continuidade do serviço público educacional e da compatibilidade com o planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Educação.

A eventual ausência momentânea de previsão no PCA não afasta, por si só, a possibilidade de prosseguimento da instrução, desde que a autoridade competente reconheça a necessidade administrativa, determine a complementação dos atos de planejamento, assegure a disponibilidade orçamentária antes da contratação e promova a posterior compatibilização com os instrumentos de planejamento municipal.

A contratação também deverá estar alinhada ao calendário escolar, ao plano de oferta de vagas, à organização das unidades escolares, à matrícula dos estudantes, às diretrizes de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação e, quando aplicável, às regras de utilização de recursos vinculados à educação e a programas suplementares de transporte escolar.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos abaixo constituem condições mínimas para atendimento da necessidade administrativa, devendo ser detalhados, complementados e transformados em obrigações específicas no Termo de Referência, edital e contrato:

- Prestação de serviço contínuo de transporte escolar nos dias letivos e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, com observância do calendário escolar e das ordens de serviço.
- Atendimento por linha/rota, com itinerário, origem, destino, pontos de embarque/desembarque, turno, quilometragem estimada, veículo mínimo exigido e unidade de medição definidos no Termo de Referência.
- Veículos em regular estado de conservação, segurança, higiene e funcionamento, compatíveis com o número de estudantes, condições das vias, distância percorrida e exigências legais aplicáveis ao transporte escolar.
- Cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente quanto à autorização do órgão de trânsito competente, inspeções, equipamentos obrigatórios, identificação externa, cintos de segurança, lotação, registro como veículo de passageiros e demais requisitos para condução coletiva de escolares.
- Condutores devidamente habilitados na categoria exigida, com curso e requisitos legais para condução de escolares, idoneidade, regularidade documental e aptidão para o serviço.
- Disponibilização de veículo reserva ou plano de contingência para substituição imediata em caso de pane, manutenção, acidente, ausência de condutor ou qualquer fato que possa interromper a rota.
- Vedação ao transporte de pessoas não autorizadas, excesso de passageiros, alteração unilateral de itinerário, uso de veículo não aprovado, cobrança de qualquer valor dos estudantes e condutas incompatíveis com a segurança dos usuários.
- Responsabilidade da contratada por combustível, manutenção preventiva e corretiva, pneus, lubrificantes, limpeza, licenciamento, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, EPIs quando aplicáveis e demais custos necessários à execução.
- Monitor escolar nas rotas em que a Secretaria identificar necessidade técnica, especialmente para educação infantil, estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, rotas extensas, maior risco operacional ou outros fatores justificados.
- Controle de execução por diário de bordo, registro de viagens, relatório mensal, mapa de quilometragem, ocorrências, atesto da unidade escolar ou coordenação de transporte e fiscalização formal do contrato.
- Previsão de sanções, glosas e descontos por viagens não realizadas, atrasos injustificados, utilização de veículo inadequado, descumprimento de rota, falta de documentação ou falhas de segurança.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ALTERNATIVAS ANALISADAS

Foram identificadas, em tese, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:

Alternativa	Descrição	Avaliação técnica e econômica
-------------	-----------	-------------------------------



Execução direta com frota e pessoal próprios	Utilização de veículos e motoristas do Município, com manutenção e gestão integral pela Administração.	Depende de frota suficiente, motoristas, estrutura de manutenção, peças, seguros, gestão de escalas e reposição imediata. Tende a ser insuficiente quando a Administração não dispõe de veículos adequados e pessoal em número compatível com a malha de rotas. Exige investimentos, manutenção permanente e maior risco de descontinuidade se não houver reserva operacional.
Locação de veículos sem motorista	Contratação apenas de veículos, ficando motoristas, combustível, gestão e fiscalização operacional com o Município.	Pode ser viável apenas quando há motoristas próprios suficientes e capacidade administrativa para gerir manutenção, abastecimento, escalas e substituições. Para transporte escolar por múltiplas linhas, não resolve integralmente a necessidade e transfere ao Município parcela relevante da operação.
Contratação de empresa especializada por linha/rota	Empresa contratada executa as rotas com veículos, condutores, manutenção, insumos, seguros, regularização e contingência, remunerada conforme medição definida.	Mostra-se a solução mais aderente ao DFD, pois integra meios, pessoal e gestão operacional; permite fiscalização por linha, medição objetiva, responsabilização contratual, substituição de veículos e adequação da frota às condições das rotas. Favorece competição por item/lote e controle de custos.
Credenciamento de prestadores locais	Chamamento de interessados para atender rotas mediante preço previamente definido.	Somente seria recomendável se houver inviabilidade de competição por licitação tradicional ou necessidade de contratação paralela não excludente, devidamente demonstrada. Para serviço contínuo, planejável e mensurável por rotas, a licitação tende a garantir maior competitividade e controle.
Aquisição de frota nova	Compra de ônibus, micro-ônibus, vans ou veículos equivalentes para execução direta.	Exige investimento inicial elevado, contratação de motoristas, manutenção, garagem, seguros, reposição, combustível e gestão permanente. Pode ser objeto de planejamento de médio/longo prazo, mas não substitui a solução imediata caso o Município não possua estrutura suficiente para executar todas as linhas.

Diante das alternativas, a contratação de empresa especializada por linha/rota é preliminarmente indicada como a solução mais adequada, pois concentra em um único modelo operacional a disponibilidade de veículos, condutores, manutenção, regularização e contingência, sem afastar a fiscalização direta pelo Município. A escolha deverá ser confirmada após pesquisa de preços e consolidação das rotas no Termo de Referência.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestar serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota, com disponibilização de veículos adequados, condutores habilitados, monitores quando tecnicamente exigidos, manutenção preventiva e corretiva, regularização documental, seguros, equipamentos obrigatórios, combustível e demais insumos necessários ao transporte dos estudantes da rede pública municipal de ensino.

A execução deverá ocorrer entre os pontos de embarque/desembarque e as unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, conforme calendário letivo, quadro de rotas e ordens de serviço. A solução abrange a execução regular das viagens, o controle de quilometragem ou diária/linha, a comunicação de ocorrências e a apresentação de relatórios para fins de medição e pagamento.

A modelagem por linha permite que o Município descreva cada rota com precisão, defina a capacidade mínima do veículo, estime a quilometragem diária e anual, vincule a remuneração à execução efetiva, aplique glosas por descumprimentos e ajuste formalmente as rotas quando houver



alteração de matrícula, mudança de endereço de alunos, abertura/fechamento de turma, alteração de escola ou mudança nas condições de trafegabilidade.

A solução deve prever nível mínimo de serviço, incluindo pontualidade, disponibilidade de veículo, segurança dos estudantes, regularidade documental, substituição em caso de falha, proibição de superlotação, comunicação imediata de incidentes e responsabilidade integral da contratada pelos meios necessários à execução.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

As quantidades estimadas deverão ser consolidadas a partir do levantamento definitivo das rotas, relação de estudantes atendidos, turnos, unidades escolares, dias letivos e quilometragem de cada linha. Enquanto não concluído o levantamento técnico, adotam-se os parâmetros preliminares constantes do DFD, com 15 linhas/rotas estimadas e 200 dias letivos por exercício.

Memória de cálculo sugerida para estimativa, a ser validada pela equipe técnica:

- Quantidade anual por rota, quando medida por quilômetro: KM diário estimado x número de dias letivos x quantidade de viagens necessárias por dia, considerando ida e volta e eventuais turnos atendidos.
- Quantidade mensal por rota, quando medida por mensalidade/linha: valor mensal da linha x número de meses de execução, com possibilidade de glosa proporcional por viagens não executadas.
- Quantidade por diária, quando medida por diária/linha: diária da rota x número de dias letivos efetivamente executados, com registro em diário de bordo e atesto do fiscal.
- Número de alunos por rota: relação de estudantes atendidos, resguardados os dados pessoais sensíveis em documentos de acesso restrito quando necessário.
- Tipo e capacidade do veículo: definidos conforme número de estudantes, distância, condições da estrada, acessibilidade e segurança, podendo contemplar ônibus, micro-ônibus, van, utilitário ou veículo equivalente permitido pela legislação.

A Administração deverá anexar ao processo mapa, memorial descritivo ou relatório de levantamento das rotas, preferencialmente com medição por GPS, mapas digitais, vistoria de campo, histórico contratual ou outra fonte idônea. A quilometragem deverá ser aprovada pela Secretaria Municipal de Educação antes da publicação do edital.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor deverá ser apurada em etapa própria da fase preparatória, mediante pesquisa de preços compatível com a Lei n.º 14.133/2021, regulamentação municipal e boas práticas de contratação pública. O orçamento estimativo deverá considerar preços praticados em contratações similares, propostas de mercado, composições de custos, sistemas oficiais quando existentes, contratos vigentes ou recentes de municípios com características semelhantes e outros parâmetros admitidos pela legislação.

Os preços referenciais deverão considerar, no mínimo, quilometragem de cada rota, dias letivos, tipo e capacidade do veículo, estado das vias, combustível, manutenção, pneus, depreciação, seguro, licenciamento, tributos, remuneração e encargos de motoristas e monitores quando exigidos, administração local, veículo reserva, riscos operacionais e margem operacional compatível com o mercado.

Até a conclusão da pesquisa de preços e validação das rotas, o valor global permanece em aberto, devendo ser inserido no processo antes da autorização definitiva da licitação. Caso a Administração opte pelo sigilo do orçamento até a fase própria, a justificativa deverá constar dos autos, observada a legislação aplicável.

Componente de custo	Critério de análise sugerido
Combustível	Consumo médio do veículo x quilometragem da rota x preço regional do combustível
Motorista/monitor	Salários, encargos, benefícios, substituição e jornada compatível com o calendário escolar
Manutenção e pneus	Custos preventivos e corretivos, vida útil, tipo de estrada e reserva técnica
Depreciação/remuneração do capital	Valor do veículo, vida útil estimada, risco operacional e custo de capital



Seguros, licenciamento e tributos	Custos obrigatórios para circulação regular e proteção de usuários/terceiros
Administração e margem	Despesas indiretas, gestão operacional, rastreabilidade, contingência e lucro compatível

## 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o objeto é organizado por linhas/rotas, recomenda-se avaliar o parcelamento por itens ou lotes de rotas, de forma a ampliar a competitividade, permitir participação de empresas de diferentes portes e facilitar a contratação da proposta mais vantajosa, sem prejuízo da eficiência da execução e da gestão contratual.

O parcelamento por item/linha é tecnicamente possível quando cada rota puder ser executada de forma autônoma, com medição própria e sem perda de economia de escala. Entretanto, rotas próximas, interdependentes ou operacionalmente conectadas poderão ser agrupadas em lotes quando houver justificativa técnica, como otimização de frota, redução de deslocamento vazio, necessidade de veículo reserva, logística de substituição e melhor coordenação dos horários.

Assim, o Termo de Referência deverá justificar a divisão final do objeto, indicando se a disputa ocorrerá por item, por lote de linhas ou por lote único. A decisão deve buscar equilíbrio entre competitividade, economicidade, gerenciamento, segurança dos alunos e continuidade do serviço. O agrupamento excessivo sem justificativa deve ser evitado, assim como a fragmentação que inviabilize a operação ou aumente custos administrativos e riscos de descontinuidade.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação não possui dependência impeditiva com outro objeto para sua instauração, mas relaciona-se a outras providências administrativas e contratações de apoio, que devem ser compatibilizadas para a adequada execução do transporte escolar:

- Calendário escolar, matrícula e organização das unidades de ensino.
- Contratações de manutenção de estradas vicinais, quando necessárias à trafegabilidade das rotas.
- Eventuais contratos de combustível ou frota própria, caso o Município mantenha linhas executadas diretamente.
- Serviços de monitoramento, rastreamento ou controle de frota, se a Administração optar por exigir ou contratar ferramentas de gestão.
- Programas e recursos vinculados ao transporte escolar, inclusive PNATE, quando aplicáveis.

Essas correlações não impedem a contratação, mas recomendam atuação coordenada entre Secretaria Municipal de Educação, setor de transporte escolar, setor de obras/infraestrutura, controle interno, planejamento, finanças e fiscalização contratual.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Assegurar o acesso regular dos estudantes às unidades escolares, especialmente da zona rural e localidades de difícil acesso.
- Contribuir para a permanência, frequência e aprendizagem, reduzindo faltas, atrasos e evasão escolar relacionados à falta de transporte.
- Garantir transporte escolar com veículos adequados, condutores habilitados, regularidade documental e condições de segurança.
- Melhorar o controle administrativo das rotas, horários, quilometragem, atendimento aos alunos e medição do serviço.
- Aumentar a transparência dos custos por linha/rota e possibilitar glosas em caso de inexecução, atrasos ou descumprimentos.
- Promover economicidade por meio de disputa competitiva, definição clara de requisitos e remuneração vinculada à execução comprovada.
- Evitar contratações emergenciais, fragmentadas ou pouco planejadas, reduzindo riscos operacionais, jurídicos e financeiros.
- Fortalecer a gestão e fiscalização contratual, com registros formais, indicadores e responsabilização objetiva da contratada.

## 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO





Antes da publicação do edital e da celebração do contrato, recomenda-se a adoção das seguintes providências:

- Consolidar relação de estudantes por linha, preservando dados pessoais sensíveis em documentos de acesso restrito quando cabível.
- Validar todas as rotas, pontos de embarque/desembarque, turnos e unidades escolares atendidas.
- Medir ou confirmar quilometragens por GPS, mapa, vistoria de campo ou histórico contratual idôneo.
- Definir tipo e capacidade mínima de veículo por rota, considerando estudantes atendidos, condições das vias, acessibilidade e segurança.
- Avaliar necessidade de monitor em cada rota, especialmente para educação infantil, estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Elaborar pesquisa de preços e composição de custos por linha/rota, com memória de cálculo documentada.
- Definir unidade de medição e pagamento: quilômetro efetivamente rodado, diária por linha, mensalidade por rota ou modelo híbrido devidamente justificado.
- Designar fiscal e gestor do contrato, preferencialmente com treinamento específico sobre transporte escolar, glosas, documentação, relatórios e segurança.
- Elaborar matriz de riscos e prever sanções, glosas e mecanismos de contingência no Termo de Referência e contrato.
- Confirmar dotação orçamentária, fonte de recurso, compatibilidade com o orçamento e eventual utilização de recursos vinculados à educação ou programas suplementares.

### 13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A execução do transporte escolar envolve impactos ambientais decorrentes do consumo de combustíveis, emissão de gases, desgaste de pneus, uso de óleos lubrificantes, geração de resíduos de manutenção e circulação em vias urbanas e rurais. Embora inerentes ao serviço, tais impactos podem ser mitigados por requisitos de conservação da frota, manutenção preventiva, regularidade ambiental dos descartes e otimização de rotas.

A Administração deve estimular solução operacional eficiente, evitando deslocamentos desnecessários, rotas sobrepostas, veículos subutilizados ou sem manutenção adequada. A contratada deverá realizar manutenção preventiva, manter veículos regulados, descartar resíduos de forma ambientalmente adequada e observar normas de trânsito e ambientais aplicáveis.

- Exigir veículos em bom estado de conservação, com manutenção preventiva comprovada.
- Planejar rotas para reduzir deslocamentos vazios e duplicidade de trajetos.
- Prever substituição de veículos que apresentem fumaça excessiva, falhas mecânicas ou condições inadequadas.
- Responsabilizar a contratada pelo descarte ambientalmente adequado de óleos, pneus, filtros, baterias e demais resíduos gerados em manutenção.
- Valorizar, quando viável e sem restringir competitividade indevidamente, frota mais eficiente e menos poluente.

### 14. ANÁLISE DE RISCOS PRELIMINAR

Risco	Probabilidade	Impacto	Medidas preventivas/mitigadoras
Rotas ou quilometragens mal dimensionadas	Média	Alto	Levantamento técnico, GPS, vistoria, validação pela SME e possibilidade de ajuste formal justificado.
Interrupção de rota por pane ou ausência de motorista	Média	Alto	Exigir veículo reserva/plano de contingência, substituição de motorista e sanções por inexecução.
Veículo irregular ou inadequado	Média	Alto	Conferência documental antes do início, inspeções periódicas e glosa/suspensão da rota em caso de risco.
Superlotação ou transporte de pessoas não autorizadas	Baixa/Média	Alto	Controle de alunos por rota, fiscalização, diário de bordo e penalidades contratuais.
Atrasos recorrentes	Média	Médio/Alto	Definição de horários, registro de ocorrências, atesto escolar, advertências, multas e glosas.
Preço estimado	Média	Alto	Pesquisa de preços robusta, composições de



inconsistente			custo e comparação com contratações similares.
Estradas vicinais em más condições	Média/Alta	Alto	Articulação com setor de obras, rotas alternativas, comunicação de ocorrências e ajustes formais.
Fiscalização insuficiente	Média	Alto	Designação formal de fiscal/gestor, checklist mensal, participação das escolas e treinamento.

#### **15. MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deverá iniciar após assinatura do contrato, apresentação e aprovação dos veículos, condutores e documentos exigidos, bem como emissão da ordem de serviço pela Secretaria Municipal de Educação. A contratada deverá cumprir integralmente os itinerários, horários e pontos definidos, não podendo alterar unilateralmente rotas, veículos ou condutores sem autorização formal.

A gestão e fiscalização deverão ser exercidas por servidor ou comissão designada formalmente, com apoio da coordenação de transporte escolar e das direções escolares. O fiscal deverá acompanhar a execução, conferir documentos, registrar ocorrências, atestar relatórios, propor glosas, solicitar correções e comunicar à autoridade competente eventuais descumprimentos.

A medição deverá vincular o pagamento à execução comprovada. O Termo de Referência deverá definir documentos obrigatórios para medição, tais como relatório mensal, diário de bordo, controle de quilometragem, lista de rotas executadas, atesto da escola ou coordenação e registro de ocorrências. Viagens não executadas, atrasos relevantes, utilização de veículo não autorizado ou descumprimento de requisitos de segurança deverão ensejar glosa, sem prejuízo de sanções contratuais.

#### **16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODALIDADE LICITATÓRIA SUGERIDOS**

O objeto possui características de serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e no Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, rotas, veículos, condutores, obrigações, critérios de medição e níveis mínimos de serviço.

Assim, recomenda-se, em princípio, a adoção de procedimento licitatório compatível com a Lei n.º 14.133/2021, preferencialmente pregão eletrônico, quando caracterizado o serviço comum, com critério de julgamento de menor preço por item/lote ou maior desconto sobre tabela/preço estimado, conforme a modelagem definida. A escolha final deverá observar a regulamentação municipal, a fonte de recursos e a análise jurídica do processo.

Caso o Município utilize recursos federais transferidos para o objeto, deverão ser observadas as normas específicas aplicáveis, inclusive quanto à preferência/obrigatoriedade de forma eletrônica quando incidente. A equipe técnica deverá avaliar se haverá disputa por menor preço por quilômetro, por diária, por mensalidade de rota ou por lote de linhas, sempre preservando a objetividade, competitividade e controle da execução.

#### **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS**

A contratação deverá ser precedida de indicação da dotação orçamentária e da fonte de recursos, conforme classificação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação. Poderão ser utilizados recursos próprios, recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e/ou programas suplementares de transporte escolar, desde que observadas as regras de aplicação, prestação de contas e compatibilidade do objeto.

A reserva orçamentária e a declaração de adequação deverão ser formalizadas em momento oportuno da instrução processual, após a consolidação do valor estimado. O prazo de execução e eventual prorrogação deverão observar disponibilidade orçamentária, planejamento financeiro e continuidade do serviço.

#### **18. CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base na necessidade formalizada, nas características do serviço e nas alternativas analisadas, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de transporte escolar por linha/rota, desde que precedida da consolidação das rotas, validação das quilometragens, definição do tipo de veículo por linha, pesquisa



de preços, elaboração de Termo de Referência detalhado e designação de mecanismos adequados de gestão e fiscalização.

A solução mostra-se adequada ao interesse público por permitir a oferta regular do transporte escolar, garantir acesso dos estudantes às unidades de ensino, reduzir riscos de evasão e faltas, assegurar padrões mínimos de segurança, melhorar o controle da execução e possibilitar pagamento vinculado à efetiva prestação do serviço.

Recomenda-se o prosseguimento da fase preparatória com elaboração do Termo de Referência, mapa de riscos definitivo, pesquisa de preços, definição de itens/lotes, indicação orçamentária, análise jurídica e demais atos necessários à instauração do procedimento licitatório cabível, preferencialmente em tempo hábil para evitar descontinuidade no calendário letivo de 2026.

#### **19. ENCAMINHAMENTO**

Diante do exposto, submete-se o presente Estudo Técnico Preliminar à apreciação da autoridade competente, para deliberação quanto ao prosseguimento da contratação e autorização das providências subsequentes da fase preparatória.

JOSEFA CLAUDIONORA DE CARVALHO DOS SANTOS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ/BA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Coronel João Sá, Estado da Bahia, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Secretário(a) Municipal de Educação, nomeado(a) pelo \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial do Município de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026, portador(a) da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/2026, Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, atendendo às condições previstas no edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Municipal aplicável, no Código de Trânsito Brasileiro, nas normas educacionais e de transporte escolar pertinentes e nas disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de transporte escolar por linha/rota, com disponibilização de veículos adequados, condutores habilitados, monitores quando exigidos, manutenção preventiva e corretiva, combustível, seguros, licenciamento, equipamentos obrigatórios, regularização perante os órgãos competentes e demais insumos necessários ao transporte dos estudantes da rede pública municipal de ensino do Município de Coronel João Sá/BA, entre suas residências ou pontos de embarque/desembarque e as respectivas unidades escolares, nos dias letivos e conforme calendário escolar, ordens de serviço e rotas definidas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2026, que integra esta Ata para todos os fins, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. O serviço registrado possui natureza comum e contínua, de apoio essencial à política pública educacional, devendo ser executado com observância das normas de trânsito, segurança dos usuários, regularidade documental dos veículos e condutores, continuidade do serviço público, pontualidade, fiscalização contratual e pagamento vinculado à execução comprovada.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta vencedora são as constantes da planilha abaixo, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e do Documento de Formalização da Demanda que instruíram a contratação:

**LOTE/ITENS - TRANSPORTE ESCOLAR POR LINHA/ROTA**

Item	Descrição (padrão)	Rota	Turno	Unid.	Km	Dias Letivos
1	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Macacos, Mucambo, Gasparino, Caraíbas, Caldeirão II, Sede	MATUTINO	Km	48,0	200
2	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Macacos, Mucambo, Gasparino, Caraíbas, Caldeirão II, Sede	NOTURNO	Km	48,0	200
3	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Rompe Gibão, Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	MATUTINO	Km	41,0	200
4	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40	Rompe Gibão, Alagoas I e II,	NOTURNO	Km	41,0	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36

	passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão I, Sede				
5	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	MATUTINO	Km	43,5	200
6	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Malhada Grande, Curral dos Altos, Timóteo, Sede	MATUTINO	Km	55,5	200
7	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Timóteo, Sede	NOTURNO	Km	29,0	200
8	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pedra da Igreja, Alto do Cheiro, Santa Rita, Lagoa do Boi, Amaro, Sede	MATUTINO	Km	50,5	200
9	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pedra da Igreja, Alto do Cheiro, Santa Rita, Lagoa do Boi, Amaro, Sede	NOTURNO	Km	50,5	200
10	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Gasparino, Macacos, Tiririca, Queimada do Milho, Doçura, Sede	MATUTINO	Km	43,5	200
11	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Gasparino, Macacos, Tiririca, Queimada do Milho, Doçura, Sede	NOTURNO	Km	43,5	200
12	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Carreiros, Mendonça, Sede	MATUTINO	Km	14,5	200
13	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Carreiros, Mendonça, Sede	NOTURNO	Km	14,5	200
14	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Boa Sorte, Lagoa do Boi, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	MATUTINO	Km	83,0	200
15	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	MATUTINO	Km	59,0	200
16	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Sambambaia, Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	MATUTINO	Km	90,0	200
17	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Sambambaia, Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	NOTURNO	Km	84,0	200
18	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoinhas, Cansanção, Barra Larga, Ribeira, Sede	MATUTINO	Km	87,0	200
19	Locação de veículos – Tipo Ônibus –	Alagoinhas,	NOTURNO	Km	69,5	200





	Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Cansanção, Sede				
20	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Cachoeira, Tanque Novo I e II, Sede	MATUTINO	Km	68,5	200
21	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pitomba, Feijão, Incó, São Joaquim, Boa Esperança, Mergulhão, Tanque Novo I e II, Sede	MATUTINO	Km	77,0	200
22	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pitomba, Feijão, Incó, São Joaquim, Boa Esperança, Mergulhão, Tanque Novo I e II, Sede	NOTURNO	Km	77	200
23	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Fortuna, Serrotinho I e II, Doçura, Sanharol, Lagoa dos Currais, Sede	MATUTINO	Km	67,5	200
24	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Fortuna, Serrotinho I e II, Doçura, Sanharol, Lagoa dos Currais, Fazenda Lages, Sede	NOTURNO	Km	90,0	200
25	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Jitai, Veneza II, Lagoa do Velho, Queimada do Milho, Doçura, Sede	MATUTINO	Km	93,5	200
26	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Lagoa do Velho, Queimada do Milho, Doçura, Sede	NOTURNO	Km	67,5	200
27	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Bela Vista, Bandeira, Posto de Adonias, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	MATUTINO	Km	88,0	200
28	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Bandeiras, Posto de Adonias, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	NOTURNO	Km	83,0	200
29	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão de Cima, Ilha de São José, Fazenda Catila, Povoado São Pedro, Sede	MATUTINO	Km	94,0	200
30	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão de Cima, Ilha de São José, Fazenda Cafula, Povoado São Pedro, Sede	NOTURNO	Km	94,0	200
31	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Pinheiros, Sede	MATUTINO	Km	29,0	200

2.2. As linhas, origens, destinos, turnos, quilometragens, capacidade mínima dos veículos, unidade de medição e valores definitivos deverão observar a planilha final constante do Termo de



Referência, da proposta vencedora e da Ata de Registro de Preços assinada, podendo ser ajustados formalmente pela Administração quando houver alteração de matrícula, endereço de estudantes, calendário escolar, condições de trafegabilidade ou necessidade pública devidamente justificada, respeitados os limites legais e contratuais.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, quando houver, constará como anexo desta Ata, observada a ordem de classificação do certame.

### **3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel João Sá/BA, responsável pela gestão da Ata, controle das contratações dela decorrentes, comunicação com os fornecedores registrados e acompanhamento das quantidades registradas.

3.2. Poderão figurar como órgãos participantes as unidades administrativas municipais indicadas no Edital e em seus anexos, desde que a utilização da Ata seja compatível com o objeto, com a finalidade educacional do transporte escolar e com os quantitativos registrados.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório poderão aderir à Ata de Registro de Preços, na condição de não participantes, desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como as condições previstas no Edital.

4.1.1. A adesão dependerá de apresentação de justificativa da vantagem, inclusive quanto à economicidade, à conveniência administrativa e à compatibilidade do serviço com as rotas, condições de execução e capacidade operacional do fornecedor registrado.

4.1.2. Deverá ser demonstrada a compatibilidade dos valores registrados com os preços praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando quilometragem, tipo de veículo, condições das vias, custos operacionais e exigências de segurança.

4.1.3. A adesão dependerá de consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, podendo ser rejeitada caso possa acarretar prejuízo à execução das rotas do Município de Coronel João Sá/BA ou à capacidade de gerenciamento da Ata.

4.3. Após a autorização, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata e os limites legais aplicáveis.

4.4. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na Ata para o órgão gerenciador e participantes, e o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, salvo disciplina legal superveniente aplicável.

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das alterações admitidas nos contratos dela decorrentes, na forma da Lei nº 14.133/2021.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou no meio oficial adotado pelo Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e haja anuência do fornecedor.

5.1.1. A vigência dos contratos decorrentes da Ata será definida no respectivo instrumento contratual, observada a natureza contínua dos serviços de transporte escolar e o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. Na formalização de cada contratação deverá haver indicação dos créditos orçamentários correspondentes, fonte de recursos e observância da disponibilidade orçamentária e financeira.

5.2. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante contrato administrativo, ordem de serviço, nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, o Edital e o Termo de Referência.

5.3. O instrumento contratual deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, e sua execução somente terá início após a apresentação e aprovação dos documentos dos veículos, condutores e demais exigências previstas no Termo de Referência.



5.4. Após a homologação da licitação, serão registrados na Ata os preços e quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e obrigar-se nos limites ofertados.

5.5. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação, e daqueles que mantiverem sua proposta original, quando houver cadastro de reserva.

5.6. A existência de preços registrados implica compromisso do fornecedor quanto às condições estabelecidas, mas não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo mera expectativa de contratação, observada a necessidade pública, a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses legalmente admitidas, inclusive em decorrência de redução dos preços praticados no mercado, de fato superveniente que eleve os custos da execução, de reajustamento, repactuação ou revisão, quando cabíveis, nos termos do Edital, do contrato e da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O reajustamento, quando previsto, observará a anualidade, o índice definido no instrumento convocatório ou contratual e os marcos temporais legalmente aplicáveis.

6.3. A repactuação ou revisão, quando cabível, deverá ser requerida pelo interessado e instruída com documentação comprobatória suficiente, inclusive planilha de custos atualizada, notas, contratos, convenções coletivas aplicáveis aos profissionais envolvidos, variação de combustíveis, manutenção, pneus, seguros, tributos ou outros elementos diretamente relacionados à execução do transporte escolar.

6.4. A alteração dos preços registrados não poderá comprometer a vantajosidade da contratação, a competitividade do certame ou a qualidade e segurança do serviço prestado aos estudantes.

## **7. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, preservada a vantajosidade da contratação.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidade administrativa, quando devidamente justificada a impossibilidade de manutenção.

7.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá proceder ao cancelamento do registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não conseguir cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer a revisão do preço registrado, mediante demonstração robusta da superveniência de fatos que inviabilizem a manutenção das condições originariamente pactuadas.

7.5. O pedido deverá ser instruído com documentação comprobatória, planilha de custos atualizada, elementos de mercado e demais documentos aptos a demonstrar a efetiva inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA**

8.1. As quantidades registradas poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre órgãos participantes e, quando legalmente admitido, para órgãos não participantes, observados os limites do Edital, da Ata e da legislação vigente.

8.2. O remanejamento somente será admitido quando não prejudicar o atendimento das rotas de transporte escolar do Município de Coronel João Sá/BA, a continuidade do calendário letivo e a capacidade operacional do fornecedor registrado.

8.3. Caso o remanejamento envolva órgãos ou entidades de entes distintos, caberá ao fornecedor beneficiário avaliar a conveniência de aceitar ou não a contratação, observadas as condições registradas e a compatibilidade técnica do serviço.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor descumprir as condições da Ata, do Edital, do Termo de Referência ou do contrato dela decorrente;



não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido; não aceitar manter seu preço registrado nas hipóteses legais; sofrer sanção que o impeça de licitar e contratar com a Administração; ou praticar conduta que comprometa a segurança dos estudantes, a regularidade do transporte escolar ou a continuidade do serviço.

9.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da apuração de perdas e danos e da aplicação das sanções cabíveis.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as condições do Edital.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, na legislação pertinente e nos contratos dela decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade civil, administrativa e, quando cabível, penal.

10.2. Constituem situações passíveis de penalidade, entre outras: não execução de rota autorizada, atraso injustificado, utilização de veículo não aprovado, transporte de pessoas não autorizadas, superlotação, ausência de documentação regular de veículo ou condutor, não disponibilização de veículo reserva, descumprimento de normas de segurança, alteração unilateral de itinerário e omissão de comunicação de ocorrências relevantes.

10.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador as ocorrências que possam ensejar cancelamento do registro do fornecedor ou aplicação de penalidades relacionadas à Ata.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, inclusive prazos para início da execução, apresentação de veículos e condutores, recebimento, obrigações da Administração e da contratada, gestão e fiscalização contratual, critérios de medição e pagamento, hipóteses de glosa, reajustamento, revisão, garantias e penalidades encontram-se definidas no Edital e no Termo de Referência, que integram a presente Ata.

11.2. As contratações decorrentes desta Ata observarão o critério de julgamento adotado no Edital, a planilha de preços da proposta vencedora, as rotas efetivamente demandadas, o calendário escolar, as ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Educação e as regras específicas aplicáveis ao transporte escolar.

11.3. A execução do serviço deverá observar, além da Lei nº 14.133/2021, as normas do Código de Trânsito Brasileiro relativas ao transporte de escolares, a legislação educacional, as normas do FNDE quando houver utilização de recursos vinculados ao transporte escolar e a regulamentação municipal aplicável.

11.4. Integram esta Ata, para todos os fins, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2026, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, o Documento de Formalização da Demanda, a proposta vencedora e, quando houver, o cadastro de reserva.

12. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Coronel João Sá - BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---

**REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR REGISTRADO**



#### ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de prestação de serviços de transporte escolar que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ/BA e a empresa contratada, na forma abaixo.

#### CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026

O MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO SÁ/BA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Coronel João Sá, Bahia, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, Secretário(a) Municipal de Educação, nomeado(a) pelo \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº \_\_\_\_/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Código de Trânsito Brasileiro, legislação educacional aplicável, regulamentação municipal pertinente e demais normas correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 (SRP), Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, com critério de julgamento de menor preço por item/lote, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de transporte escolar por linha/rota, com disponibilização de veículos apropriados, condutores habilitados, monitores quando exigidos, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguros, licenciamento, equipamentos obrigatórios, regularização perante os órgãos competentes e demais insumos necessários à execução regular do serviço, destinado ao atendimento dos estudantes da rede pública municipal de ensino de Coronel João Sá/BA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

1.2. Objeto da contratação:

#### PLANILHA ORIGINAL ANEXA / CONFORME LINHA, ITEM OU LOTE CONTRATADO

Item	Descrição (padrão)	Rota	Turno	Unid.	Km	Dias Letivos
1	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Macacos, Mucambo, Gasparino, Caraíbas, Caldeirão II, Sede	MATUTINO	Km	48,0	200
2	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Macacos, Mucambo, Gasparino, Caraíbas, Caldeirão II, Sede	NOTURNO	Km	48,0	200
3	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Rompe Gibão, Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	MATUTINO	Km	41,0	200
4	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Rompe Gibão, Alagoas I e II, Caldeirão I, Sede	NOTURNO	Km	41,0	200
5	Locação de veículos – Tipo Ônibus –	Alagoas I e II,	MATUTINO	Km	43,5	200





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36

	Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão I, Sede				
6	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Malhada Grande, Curral dos Altos, Timóteo, Sede	MATUTINO	Km	55,5	200
7	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Timóteo, Sede	NOTURNO	Km	29,0	200
8	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pedra da Igreja, Alto do Cheiro, Santa Rita, Lagoa do Boi, Amaro, Sede	MATUTINO	Km	50,5	200
9	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pedra da Igreja, Alto do Cheiro, Santa Rita, Lagoa do Boi, Amaro, Sede	NOTURNO	Km	50,5	200
10	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Gasparino, Macacos, Tiririca, Queimada do Milho, Doçura, Sede	MATUTINO	Km	43,5	200
11	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Gasparino, Macacos, Tiririca, Queimada do Milho, Doçura, Sede	NOTURNO	Km	43,5	200
12	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Carreiros, Mendonça, Sede	MATUTINO	Km	14,5	200
13	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Carreiros, Mendonça, Sede	NOTURNO	Km	14,5	200
14	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Boa Sorte, Lagoa do Boi, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	MATUTINO	Km	83,0	200
15	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	MATUTINO	Km	59,0	200
16	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Sambambaia, Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	MATUTINO	Km	90,0	200
17	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Sambambaia, Lagoa do Jacu, Araçás, São Bento, Rio do Peixe, Sede	NOTURNO	Km	84,0	200
18	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoinhas, Cansanção, Barra Larga, Ribeira, Sede	MATUTINO	Km	87,0	200
19	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Alagoinhas, Cansanção, Sede	NOTURNO	Km	69,5	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ  
ESTADO DA BAHIA  
CNPJ: 14.215.818/0001-36

20	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Cachoeira, Tanque Novo I e II, Sede	MATUTINO	Km	68,5	200
21	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pitomba, Feijão, Incó, São Joaquim, Boa Esperança, Mergulhão, Tanque Novo I e II, Sede	MATUTINO	Km	77,0	200
22	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Pitomba, Feijão, Incó, São Joaquim, Boa Esperança, Mergulhão, Tanque Novo I e II, Sede	NOTURNO	Km	77	200
23	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Fortuna, Serrotinho I e II, Doçura, Sanharol, Lagoa dos Currais, Sede	MATUTINO	Km	67,5	200
24	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Fortuna, Serrotinho I e II, Doçura, Sanharol, Lagoa dos Currais, Fazenda Lages, Sede	NOTURNO	Km	90,0	200
25	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Jitai, Veneza II, Lagoa do Velho, Queimada do Milho, Doçura, Sede	MATUTINO	Km	93,5	200
26	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Lagoa do Velho, Queimada do Milho, Doçura, Sede	NOTURNO	Km	67,5	200
27	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Bela Vista, Bandeira, Posto de Adonias, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	MATUTINO	Km	88,0	200
28	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Bandeiras, Posto de Adonias, Lagoa de Dentro, Santa Barbara, Sede	NOTURNO	Km	83,0	200
29	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão de Cima, Ilha de São José, Fazenda Catila, Povoado São Pedro, Sede	MATUTINO	Km	94,0	200
30	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Caldeirão de Cima, Ilha de São José, Fazenda Cafula, Povoado São Pedro, Sede	NOTURNO	Km	94,0	200
31	Locação de veículos – Tipo Ônibus – Combustível Diesel – Capacidade mínima 40 passageiros (combustível, manutenção, peças e condutor por conta da contratada).	Altos, Pinheiros, Sede	MATUTINO	Km	29,0	200

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Documento de Formalização da Demanda - DFD;

1.3.2. O Estudo Técnico Preliminar - ETP;



- 1.3.3. O Termo de Referência;
- 1.3.4. O Edital da Licitação e seus anexos;
- 1.3.5. A Ata de Registro de Preços correspondente;
- 1.3.6. A proposta do contratado e respectiva planilha de custos/valores;
- 1.3.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados, ordens de serviço, mapas de rotas, relatórios de medição e documentos de fiscalização.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura ou da data indicada na ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a manutenção da vantajosidade, a permanência da necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e a natureza continuada do transporte escolar.
- 2.2. A execução deverá ser compatibilizada com o calendário escolar do Município, com os dias letivos, turnos de funcionamento das unidades escolares e determinações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1. O regime de execução contratual é o de execução indireta, por preço unitário por linha/rota, quilômetro, diária, mês ou outro parâmetro definido no Termo de Referência e na proposta vencedora, observadas as ordens de serviço, os quantitativos efetivamente demandados, os itinerários aprovados, os locais de execução e as condições de início, acompanhamento, medição, recebimento e fiscalização do objeto.
- 3.2. Os serviços serão executados no território do Município de Coronel João Sá/BA, abrangendo sede, povoados, comunidades rurais, distritos, estradas vicinais, pontos de embarque e desembarque dos estudantes e unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação.
- 3.3. A contratada somente poderá iniciar a execução de cada linha após apresentação e aprovação dos veículos, condutores, documentação obrigatória, seguros, autorizações, inspeções e demais requisitos exigidos no Termo de Referência e na legislação de trânsito aplicável.
- 3.4. É vedada a alteração unilateral de rota, horário, veículo, condutor, ponto de embarque/desembarque ou capacidade do veículo, salvo autorização prévia e formal da Secretaria Municipal de Educação ou situação emergencial devidamente comunicada e justificada.

## **CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

- 4.1. Os modelos de gestão e de execução contratual, assim como os mecanismos de fiscalização técnica e administrativa, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e serão observados integralmente pelas partes.
- 4.2. O fiscal do contrato será o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_.
- 4.3. O gestor do contrato será o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_.
- 4.4. A fiscalização poderá contar com apoio da Coordenação/Departamento de Transporte Escolar, diretores das unidades escolares e demais servidores designados para conferir execução das rotas, horários, quilometragem, condições dos veículos, condutores, monitores, frequência de viagens e ocorrências.

## **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo hipótese excepcional expressamente admitida no Termo de Referência e previamente autorizada pela Administração, desde que compatível com a natureza do serviço e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução, segurança dos usuários, regularidade documental, cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de trânsito e contratuais.

## **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

- 6.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), referente à(s) linha(s), lote(s) e item(ns) efetivamente contratados, conforme planilha constante da cláusula 1.2, Ata de Registro de Preços e proposta da contratada.
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive veículos, combustível, manutenção preventiva e corretiva, pneus, lubrificantes, limpeza, licenciamento, seguros, tributos, remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de condutores e monitores, veículo reserva, administração local, despesas



operacionais, custos indiretos, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O contrato possui natureza estimativa, ficando os pagamentos condicionados à execução efetiva dos serviços, à medição aprovada, à emissão de ordem de serviço e ao atesto do fiscal/gestor competente, sem obrigação de consumo integral dos quantitativos previstos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições de liquidação e pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, inclusive quanto à documentação comprobatória da execução das rotas, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e de trânsito.

7.2. A medição dos serviços deverá observar a unidade contratada, podendo considerar quilômetro efetivamente rodado, diária por linha, mensalidade por rota ou outro parâmetro definido no Termo de Referência, sempre vinculada à execução comprovada da rota, cumprimento de horários, realização das viagens autorizadas e atesto do fiscal do contrato.

7.3. A contratada deverá apresentar, para fins de liquidação e pagamento, nota fiscal/fatura, relatório mensal de execução, diário de bordo, controle de viagens e quilometragem, registro de ocorrências, relação das rotas atendidas, documentos de veículos e condutores quando solicitados, comprovantes de regularidade fiscal/trabalhista e demais documentos previstos no Termo de Referência.

7.4. Viagens não executadas, atrasos injustificados, utilização de veículo não aprovado, ausência de condutor habilitado, descumprimento de rota, superlotação, ausência de monitor quando exigido ou descumprimento de requisitos de segurança ensejarão glosa proporcional, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

7.5. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, no prazo e nas condições estabelecidos no Termo de Referência e na legislação aplicável, observada a ordem cronológica prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Os pagamentos serão realizados em conta bancária de titularidade do contratado, a ser indicada formalmente por ocasião da assinatura do contrato ou da apresentação da proposta final.

7.7. Na hipótese de aplicação de multas, glosas, retenções ou compensações legalmente cabíveis, a Administração poderá proceder aos descontos correspondentes, observados o contraditório e a ampla defesa quando exigíveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Coronel João Sá/BA, em dotações próprias da Secretaria Municipal de Educação, a serem indicadas na nota de empenho e/ou no instrumento de contratação correspondente.

8.2. Poderão ser utilizados recursos próprios, recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e/ou programas suplementares de transporte escolar, desde que observadas as regras de aplicação, prestação de contas e compatibilidade do objeto.

8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando cabível.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, salvo hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro legalmente admitidas.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice previsto no edital e no Termo de Referência, ou, tratando-se de custos vinculados à mão de obra, combustível, manutenção e demais insumos relevantes, mediante reajuste, repactuação ou revisão, conforme a natureza do custo, a legislação aplicável e a demonstração analítica da variação.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

9.8. O reajuste, a repactuação ou a revisão serão formalizados por apostilamento ou termo aditivo, conforme a hipótese jurídica aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA**

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas na legislação aplicável, no edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta:

10.1.1. Diligenciar para que seus empregados, prepostos, condutores e monitores cumpram as normas internas da Prefeitura Municipal de Coronel João Sá/BA e da Secretaria Municipal de Educação, alocando todos os meios necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

10.1.2. Iniciar os serviços no prazo pactuado, após emissão da ordem de serviço e aprovação dos veículos e documentos pela fiscalização.

10.1.3. Executar integralmente as linhas/rotas contratadas nos dias letivos, turnos, horários, pontos de embarque/desembarque, origem, destino e itinerários definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

10.1.4. Disponibilizar veículos compatíveis com cada rota, em regular estado de conservação, segurança, higiene, conforto e funcionamento, observando a capacidade mínima exigida, as condições das vias e a legislação de trânsito aplicável ao transporte escolar.

10.1.5. Manter os veículos devidamente licenciados, segurados, inspecionados, autorizados pelo órgão competente quando exigível, identificados e equipados com todos os itens obrigatórios de segurança, inclusive cintos de segurança e demais equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas correlatas.

10.1.6. Disponibilizar condutores devidamente habilitados na categoria pertinente, com curso/requisitos legais para transporte de escolares, aptidão, regularidade documental, idoneidade e conduta compatível com o transporte de estudantes.

10.1.7. Disponibilizar monitor escolar quando exigido no Termo de Referência, na ordem de serviço ou por justificativa técnica da Secretaria Municipal de Educação, especialmente em rotas com educação infantil, estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, longas distâncias ou maior risco operacional.

10.1.8. Providenciar veículo reserva, condutor substituto ou solução de contingência imediata em caso de pane, acidente, manutenção, ausência de motorista, impedimento de veículo ou qualquer fato que possa interromper a linha.

10.1.9. Não transportar pessoas não autorizadas, não exceder a lotação, não cobrar qualquer valor dos estudantes, não alterar unilateralmente rota, horário ou veículo, e não adotar conduta que comprometa a segurança dos usuários.

10.1.10. Comunicar imediatamente à fiscalização, à coordenação de transporte escolar e à direção da unidade escolar toda ocorrência relevante, atraso, acidente, impedimento de tráfego, alteração emergencial de rota, falha mecânica, indisciplina grave ou qualquer situação que possa comprometer a segurança ou regularidade do serviço.

10.1.11. Apresentar relatórios mensais, diário de bordo, controle de viagens, mapas de quilometragem, registros de ocorrências, documentos dos veículos e condutores e demais documentos necessários à medição e fiscalização.

10.1.12. Responsabilizar-se integralmente por combustível, manutenção, pneus, lubrificantes, limpeza, garagem, seguros, licenciamento, tributos, multas de trânsito decorrentes de sua conduta, salários, encargos, benefícios, EPIs, uniformes quando exigidos e demais despesas necessárias à execução.

10.1.13. Manter preposto indicado formalmente, com poderes para representar a contratada, receber notificações, providenciar correções, organizar a operação e responder às demandas da fiscalização.

10.1.14. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação.

10.1.15. Substituir, quando determinado pela Administração, veículo, condutor, monitor ou preposto cuja atuação, documentação, comportamento ou condição seja considerada inadequada, irregular ou prejudicial à segurança e à qualidade do serviço.

10.1.16. Responsabilizar-se por indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, aos estudantes, a terceiros ou ao patrimônio público ou privado durante a execução dos serviços.

10.1.17. Observar a legislação de proteção de dados pessoais, preservando a confidencialidade de informações de estudantes, rotas, endereços, responsáveis, listas escolares e demais dados acessados em razão da execução contratual.





10.1.18. Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, manter registros comprobatórios quando solicitados e promover descarte ambientalmente adequado de óleos, pneus, filtros, baterias e demais resíduos gerados na operação.

10.1.19. Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo hipótese legal e expressa autorização da Administração, quando cabível.

10.1.20. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, de segurança do trabalho, trânsito, transporte escolar e demais normas aplicáveis à execução do objeto.

10.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.2.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas pela Contratada as exigências contratuais, fiscais, documentais e de execução.

10.2.2. Emitir ordens de serviço, informar linhas/rotas, horários, turnos, pontos de embarque/desembarque, unidades escolares e demais parâmetros necessários à execução.

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor(es) especialmente designado(s), com apoio da coordenação de transporte escolar e das unidades escolares.

10.2.4. Notificar a Contratada, formalmente, da ocorrência de quaisquer falhas detectadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para correção quando cabível.

10.2.5. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, desde que necessários à execução do objeto.

10.2.6. Atestar as medições quando comprovada a execução regular, bem como aplicar glosas, retenções ou sanções quando houver descumprimento contratual.

10.2.7. Zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como mantenha as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

10.2.8. Requerer, para fins de fiscalização, em prazo fixado ou quando entender conveniente, prova do cumprimento de quaisquer obrigações da Contratada, inclusive documentos de veículos, condutores, monitores, seguros, manutenção, relatórios e comprovantes de regularidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinada, a contratada prestará garantia de execução em percentual equivalente a 2% (dois por cento) do valor anual contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição diversa no edital ou no Termo de Referência.

11.1.1. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida em conta específica indicada pela Administração.

11.1.2. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a contratada deverá encaminhá-la devidamente formalizada ao Município.

11.1.3. A garantia responderá pelas multas aplicadas, por obrigações trabalhistas e previdenciárias inadimplidas, falhas de execução, danos a estudantes, usuários, terceiros ou ao patrimônio público, e por indenizações decorrentes da execução contratual.

11.1.4. Não será aceita garantia que exclua a cobertura das hipóteses previstas neste contrato.

11.1.5. A garantia deverá prever expressamente cobertura para débitos trabalhistas e previdenciários relativos à execução contratual, quando aplicável.

11.1.6. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11.1.7. Em caso de prorrogação do contrato, a contratada deverá renovar ou complementar a garantia no mesmo prazo e percentual estabelecidos.

11.1.8. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil, ou obrigação como devedor principal.

11.1.9. Havendo acréscimos, reajustes, revisões ou utilização parcial da garantia, seu valor deverá ser recomposto em igual proporção no prazo de 15 (quinze) dias.

11.2. A garantia somente será liberada após a comprovação de quitação das obrigações vinculadas à execução contratual e inexistência de pendências, multas, danos ou débitos decorrentes do contrato.

11.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos até o limite legal, a título de garantia.

11.4. A contratada poderá substituir a modalidade de garantia, desde que mantido o valor exigido e observadas as condições legais e contratuais.

11.5. O número do contrato garantido deverá constar expressamente dos instrumentos de garantia ou da apólice de seguro.

11.6. Na instauração de processo para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização comunicará o fato à seguradora e/ou fiadora, quando houver garantia nessa modalidade.

11.7. O garantidor não integra a relação processual administrativa instaurada para apuração de infrações contratuais da contratada.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos, à segurança dos estudantes ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- i) Executar rota com veículo irregular, condutor não habilitado, superlotação, ausência de monitor quando exigido ou outra conduta que exponha estudantes a risco relevante.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas condutas que justifiquem a penalidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas condutas graves, fraudulentas ou lesivas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Multa:

12.3.1. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

12.3.2. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, no caso de inexecução total do objeto, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

12.3.3. Poderão ser previstas no Termo de Referência multas específicas por viagem não executada, atraso injustificado, descumprimento de rota, uso de veículo inadequado, ausência de condutor/monitor, falha de documentação, superlotação ou descumprimento de requisitos de segurança, observada a proporcionalidade e o devido processo legal.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, aos estudantes ou a terceiros.

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a legislação aplicável.

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo legal, contado da data de sua intimação.

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada administrativa ou judicialmente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos ao interesse público e a eventual adoção de medidas corretivas pela contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, se juridicamente cabível.

13.1.2. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado, ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas, podendo a Administração optar pela extinção do contrato e adotar medidas legais para continuidade do transporte escolar.

13.2. A extinção contratual observará as hipóteses e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, no edital, no Termo de Referência e neste contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**



14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, na regulamentação municipal aplicável, na legislação de trânsito e educação pertinente e, subsidiariamente, nos princípios gerais dos contratos e nas disposições de direito privado cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites legais aplicáveis ao objeto.

15.3. Alterações de rotas, quilometragens, pontos de embarque/desembarque, turnos, unidades escolares, tipo de veículo ou número de alunos atendidos deverão ser formalmente justificadas pela Secretaria Municipal de Educação e processadas por ordem de serviço, apostilamento ou termo aditivo, conforme a natureza e o impacto financeiro da alteração.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à legislação de transparência e às normas municipais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o foro da comarca competente à qual o Município de Jeremoabo/BA esteja jurisdicionado para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

CORONEL JOÃO SÁ/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO SÁ/BA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**EMPRESA / REPRESENTANTE CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

1: \_\_\_\_\_

CPF:

2: \_\_\_\_\_

CPF: